

## KROTON EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Kroton Educacional S.A. (“Companhia” ou “Kroton”), com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, na cidade de Belo Horizonte - MG, e suas controladas têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presenciais e à distância; a administração de atividades de ensino infantil, fundamental, médio e técnico; e o comércio de livros didáticos e apostilas, além do licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica.

A Companhia exerce suas atividades por meio de sua controlada direta Editora e Distribuidora Educacional S.A. - EDE.

A Companhia é listada na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código KROT3, onde negocia suas ações ordinárias.

As controladas direta e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.c).

#### Comparabilidade

As demonstrações do resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 incluem o resultado das controladas Assevim, Fameg, Famelages, Famesul, Pós EAD, Pós Uniasselvi, Uniasselvi e LDV, consolidadas a partir de 1º de junho de 2012, e Unirondon, consolidada a partir de 1º de agosto de 2012. Portanto, a leitura das demonstrações financeiras devem considerar esses aspectos.

#### Sazonalidade

A Companhia tem expectativa de que suas receitas e lucratividade alcancem seus níveis mais altos no primeiro e terceiro trimestres.

Na educação básica, durante o primeiro trimestre, ocorre o pico das vendas das coleções de livros. No ensino superior, durante o primeiro e terceiro trimestres, ocorrem as matrículas para o semestre letivo, gerando picos de faturamento nesses trimestres. Dadas essas condições, essa sazonalidade tende a causar variações nos resultados operacionais da Companhia entre os trimestres de cada exercício social.

#### Eventos societários ocorridos durante o exercício de 2013

##### a) Incorporação de controladas

A Companhia incorporou algumas de suas controladas com o objetivo de facilitar os procedimentos legais, contábeis, financeiros e regulatórios que envolvem suas atividades.

Em 1º de janeiro de 2013, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, a EDE incorporou suas controladas:

Alba - Prestadora de serviços.

Fatec - Faculdade de Londrina.

Umep - Faculdade de Londrina.

Unilinhares - Faculdade de Linhares.

Unopar - Universidade de Arapongas, Bandeirantes e Londrina, e parceira de polos EAD.

Os patrimônios líquidos dessas controladas foram avaliados em 31 de dezembro de 2012, com base nos valores contábeis, em R\$111.250, conforme laudos de avaliação contábil para fins de incorporação emitidos por empresa independente especializada. Não houve efeitos contábeis na Companhia como resultado dessas incorporações.

Em 1º de janeiro de 2013, foi constituída a Unic Educacional, a qual incorporou na mesma data, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, as seguintes controladas da Iuni:

Unic Primavera Antiga - Faculdade de Primavera do Leste

Unic Primavera Nova - Faculdade de Primavera do Leste

Unic Roo AE - Faculdade de Rondonópolis

Unic Roo FP - Faculdade de Rondonópolis

Unic Sinop - Faculdade de Sinop

Unic Tangará Norte - Faculdade de Tangará da Serra

Unic Tangará Sul - Faculdade de Tangará da Serra

Unic VG - Faculdade de Várzea Grande

Unime Itabuna - Faculdade de Itabuna

Os patrimônios líquidos dessas controladas foram avaliados em 31 de dezembro de 2012, com base nos valores contábeis, em R\$75.476, conforme laudos de avaliação contábil para fins de incorporação emitidos por empresa independente especializada. Não houve efeitos contábeis na Companhia como resultado dessas incorporações.

Em 1º de dezembro de 2013, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, a EDE incorporou suas controladas:

Pós EAD - Universidade parceira de polos EAD

Pós Uniasselvi - Universidade de Blumenau e Itajaí

Em 1º de dezembro de 2013, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, a Uniasselvi incorporou a seguinte controlada:

LDV - Editora

Em 1º de dezembro de 2013, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, a Iuni incorporou a seguinte controlada:

Fama Marabá - Faculdade de Marabá

b) Venda da CSL Educacional

Em janeiro de 2013, a EDE vendeu 100% das cotas de sua controlada CSL Educacional, colégio localizado no município de São Luís - MA, pelo valor de R\$250. Na operação, foi reconhecida perda de R\$851, registrada na rubrica “Outras despesas operacionais”.

## 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- b) As demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

## 2.3. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

### a) Controladas

Controladas são todas as Sociedades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, em geral em virtude da detenção de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em conta quando se avalia se a Companhia controla outra Sociedade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.

O método de contabilização de compra é usado para contabilizar a aquisição de controladas pela Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (exemplo: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação de acionistas não controladores. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos e dos saldos alocados é registrado como ágio. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O processo de consolidação das controladas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

- (i) Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- (ii) Dos saldos de contas-correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.
- (iii) Identificação da participação dos acionistas não controladores.

Os exercícios das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Companhia, e as práticas contábeis das controladas foram aplicadas de forma consistente com as práticas contábeis da Companhia.

b) Operações e participações de acionistas não controladores

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia não tem mais o controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada a seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma “joint venture” ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

c) Sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

	Participação no capital total - %	
<u>Sociedades consolidadas</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Controlada direta:		
EDE - Editora, Universidades de Arapongas, Bandeirantes e Londrina; faculdade de Divinópolis, Guarapari, Jundiá, Linhares, Londrina, Teixeira de Freitas e Uberlândia; parceira de polos EAD e controladora conforme abaixo relacionadas:	100,00	100,00
Controladas indiretas:		
Alba - Prestadora de serviços (i)	-	99,99
Assevim - Faculdade de Brusque	99,99	99,99
Ceama - Faculdade de São Luís	99,99	99,99
CSL - Educação básica (ii)	-	99,99
Fais - Faculdade de Sorriso	99,99	99,99
Fameg - Faculdade de Guaramirim	99,99	99,99
Famelages - Faculdade de Lages	99,99	99,99
Famesul - Faculdade de Rio do Sul	99,99	99,99
Fatec - Faculdade de Londrina (i)	-	99,99
GK - Faculdade de Feira de Santana	99,99	99,99
Orme - Faculdade de tecnologia de Belo Horizonte	99,99	99,99
Pax - Editora	99,99	99,99
Pós EAD - Universidade parceira de polos EAD (v)	-	99,99
Pós Uniasselvi - Universidade de Blumenau e Itajaí (v)	-	99,99
Projecta - Editora	99,99	99,99
Pses - Faculdades de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Maceió, Poços de Caldas, São Luís e Votorantim	99,99	99,99
Spes - Educação básica	99,99	99,99
Umep - Faculdade de Londrina (i)	-	99,99
União - Faculdade de Ponta Grossa	99,99	99,99

<u>Sociedades consolidadas</u>	<u>Participação no capital total - %</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Uniasselvi - Universidades de Blumenau, Indaial e Timbó, parceira de polos EAD e controladora de:	99,99	99,99
LDV – Editora (vi)	-	99,99
Unilinhares - Faculdade de Linhares (i)	-	99,99
Unirondon - Faculdade de Campo Verde e Cuiabá	99,99	99,99
Unopar - Universidades de Arapongas, Bandeirantes e Londrina e parceira de polos EAD (i)	-	99,99
Iuni - Universidade de Cuiabá e controladora de	100,00	100,00
Unic Educacional - Faculdades de Itabuna, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra e Várzea Grande (iii)	99,99	-
Unic Primavera Antiga - Faculdade Primavera do Leste (iv)	-	99,99
Unic Primavera Nova - Faculdade Primavera do Leste (iv)	-	99,99
Unic Roo AE - Faculdade de Rondonópolis (iv)	-	99,99
Unic Roo FP - Faculdade de Rondonópolis (iv)	-	99,99
Unic Sinop - Faculdade de Sinop (iv)	-	99,99
Unic Tangará Norte - Faculdade de Tangará da Serra (iv)	-	99,99
Unic Tangará Sul - Faculdade de Tangará da Serra (iv)	-	99,99
Unic VG - Faculdade de Várzea Grande (iv)	-	99,99
Unime Itabuna - Faculdade de Itabuna (iv)	-	99,99
Unime Salvador - Faculdade de Salvador	99,99	99,99
Fama Marabá - Faculdade de Marabá (vii)	-	99,99
Unime LF - Faculdade de Lauro de Freitas e controladora de:	99,99	99,99
Fama Macapá - Faculdade de Macapá	99,99	99,99

- (i) Controlada incorporada em janeiro de 2013 pela EDE.
- (ii) Controlada vendida em janeiro de 2013.
- (iii) Controlada constituída em janeiro de 2013.
- (iv) Controlada incorporada em janeiro de 2013 pela Unic Educacional.
- (v) Em 1º de dezembro de 2013 ocorreu a incorporação pela EDE.
- (vi) Em 1º de dezembro de 2013 ocorreu a incorporação pela Uniasselvi.
- (vii) Em 1º de dezembro de 2013 ocorreu a incorporação pela Iuni.

#### 2.4. Apresentação de relatórios por segmento operacional

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

#### 2.5. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

## 2.6. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC.

## 2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” é classificada como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

## 2.8. Ativos e Passivos financeiros

### 2.8.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### a) Empréstimos e recebíveis mantidos

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de emissão dos balanços (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

#### b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após as datas dos balanços. Os ativos financeiros disponíveis para venda são classificados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos como “Receitas financeiras”, na demonstração do resultado.

#### c) Valor justo por meio do resultado

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação que podem incluir, quando aplicável, o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

#### d) Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa de juros efetiva é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

#### 2.8.2. Reconhecimento

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

#### 2.8.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.8.4. “Impairment” de ativos financeiros

##### a) Ativos registrados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “impairment” incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal.
- Probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.



- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido a dificuldades financeiras ou existência de dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira.
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de “impairment”.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido ao resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado disponível.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por “impairment” reconhecida anteriormente será reconhecida ao resultado.

#### b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item a) anterior. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por “impairment” sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo, será retirado do patrimônio e reconhecido ao resultado.

### 2.9. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pela Companhia.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “impairment”. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de “impairment” de ativos financeiros ao custo amortizável. Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para “impairment”, se necessário.

#### 2.10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e dos custos necessários para realizar a venda. É constituída provisão para perdas para os itens fora de coleção, se necessário.

#### 2.11. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25
Equipamentos de informática	5
Móveis, utensílios e instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	17
Biblioteca	10
Laboratório	10

- (i) A vida útil considera o prazo de vencimentos dos contratos de aluguéis onde foram realizadas as referidas benfeitorias.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras despesas (receitas) operacionais”, na demonstração do resultado.

A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de amortização e depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2013.

## 2.12. Ativos intangíveis

### a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. O ágio de controladas é registrado como ativo intangível. Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“impairment”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “impairment”, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa - UGCs para fins de teste de “impairment”. A alocação é feita para as UGCs ou para um grupo de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

### b) Programas de computador (software) e desenvolvimento de projetos internos

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 17.

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda.
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo.
- O software/projeto pode ser vendido ou usado.
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto.
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 17.

#### 2.13. “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de “impairment”. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de “impairment” em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para “impairment”. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “impairment”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação do relatório.

#### 2.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

#### 2.15. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

#### 2.16. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A provisão para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 2.17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido, enquanto o ativo depende da realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As empresas de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, Cofins, IRPJ e CSLL) a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 13.c).

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$48.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas Sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

## 2.18. Lucro por ação

### a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

### b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O plano de opção de ações outorgadas aos beneficiários permite que, no momento do exercício da opção, a Companhia emita ações para conceder ao beneficiário.

## 2.19. Benefícios a empregados - remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos plano de remuneração com base em ações, liquidado em ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente

## 2.20. Arrendamento mercantil financeiro

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros, os quais são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

## 2.21. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou

calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

## 2.22. Capital social

Em 5 de dezembro de 2012, a Companhia passou a ser listada no segmento especial denominado Novo Mercado, em que são permitidas somente a emissão e negociação de ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

## 2.23. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### a) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos na entrega do material.

### b) Venda de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até as datas dos balanços.

As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. No semestre, são cobradas seis mensalidades, estando incluída a matrícula. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são registrados como “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância - EAD da controlada Unopar, 36% da mensalidade do aluno é repassada ao polo parceiro que ministra as aulas telepresenciais. A receita é reconhecida apenas sobre os 64% restantes referentes à controlada.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância - EAD provenientes das controladas que pertenciam à Ítala, o valor do repasse varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. A receita é reconhecida apenas sobre a parte da receita referente às controladas.

Polo: é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

#### c) Receita e despesa financeiras

São reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira, sendo esta calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas de desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método da taxa de juros efetivos.

#### 2.24. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras nas datas dos balanços, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

#### 2.25. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa informação contábil tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações



financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

## 2.26. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As IFRSs novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, foram adotadas nas demonstrações financeiras. Sua adoção não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

<u>CPC</u>	<u>IFRS/IAS</u>	<u>Descrição</u>
	IAS 1	Modificações à norma - Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangentes
	IFRS 7	Modificações à norma - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros
CPC 33 (R1)	IAS 19	(Revisada em 2011) Benefícios a Empregados
CPC 35 (R2)	IAS 27	(Revisada em 2011) Demonstrações Financeiras Separadas
CPC 18 (R2)	IAS 28	(Revisada em 2011) Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures”
CPC 36 (R3)	IFRS 10	Demonstrações Consolidadas
CPC 45	IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades

### Normas e interpretações novas

IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
Modificações à IFRS 9 e IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b)

(a) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(b) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

### 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Práticas contábeis são aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de elaborar estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, a seguir estão apresentados comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita:

#### a) Perda (“impairment”) na estimativa do ágio

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração deles, por meio de uma metodologia conhecida como “impairment test”. Para identificar uma deterioração do ágio, esses ativos são agrupados no nível mais baixo para os quais podem ser identificados fluxos de caixa, e a alocação é feita de forma proporcional. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Perdas por deterioração do ágio são, se aplicável, registradas no resultado do exercício em que ocorrem e não podem ser revertidas em exercícios seguintes, mesmo que as condições que ocasionaram a perda deixem de existir. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado do ágio é de R\$2.088.861 (R\$2.103.471 em 31 de dezembro de 2012). Vide nota explicativa nº 17.

#### b) Tributos diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “Liability Method”) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado do ativo fiscal. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é de R\$1.498 (R\$1.546 em 31 de dezembro de 2012) e o saldo consolidado passivo é de R\$155.392 (R\$159.312 em 31 de dezembro de 2012). Vide nota explicativa nº 13.

c) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A Companhia é ré em diversos processos judiciais e administrativos. É constituída provisão para todos os processos judiciais que representem perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis é de R\$198.243 (R\$244.574 em 31 de dezembro de 2012). Vide nota explicativa nº 25.

d) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada. A vida útil desses ativos afeta os testes de recuperação do custo, quando necessário.

e) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

#### 4. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

##### 4.1. Fatores de risco financeiro

a) Política de utilização de instrumentos financeiros

O objetivo da Companhia na gestão de capital é garantir os recursos necessários à execução de sua estratégia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno a seus acionistas.

As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital, e conta com suporte, acompanhamento e supervisão do Conselho de Administração nas decisões relacionadas à gestão de capital e a seu alinhamento com os objetivos e riscos.

b) Risco de mercado

Risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de as controladas da Companhia incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado e contas a pagar por aquisições de terceiros parcelados. A Companhia

monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas nos passivos circulante e não circulante são demonstradas conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Capital de giro (i)	-	5.972
Outros (ii)	3.071	5.660
Debêntures (iii)	546.149	543.809
Contas a pagar por aquisição:		
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	166.416	198.801
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA	20.052	23.384
Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC	-	1.359
Outras (iv)	<u>2.434</u>	<u>2.802</u>
	<u>738.122</u>	<u>781.787</u>

(i) Refere-se a empréstimo para capital de giro. Os encargos financeiros contratados são atrelados à taxa prefixada de 9,5% ao ano

(ii) Referem-se a contratos de arrendamentos mercantis financeiros corrigidos a taxas de juros prefixadas médias de 6,7% ao ano.

(iii) As debêntures possuem juros de 100% do CDI acrescidos de 2% ao ano.

(iv) Do saldo, o valor de R\$179 não sofre atualização financeira.

#### c) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros.

#### Contas a receber

A política de vendas da Companhia e de suas controladas acompanha o risco inerente a seu segmento de atuação e é limitado pelas regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. A Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$121.970 (R\$95.363 em 31 de dezembro de 2012) do saldo bruto das contas a receber de terceiros em aberto para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES.

#### Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos.

#### d) Risco de liquidez

Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos, debêntures, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui depósitos à vista e a curto prazo, contas a receber de clientes, outras contas a receber e outros créditos que resultam diretamente de suas operações. A Companhia não possui nenhuma transação com derivativos.

Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013:				
Empréstimos e financiamentos	1.770	786	515	3.071
Debêntures	111.408	217.370	217.371	546.149
Contas a pagar - aquisições	<u>43.171</u>	<u>69.612</u>	<u>76.119</u>	<u>188.902</u>
	<u>156.349</u>	<u>287.768</u>	<u>294.005</u>	<u>738.122</u>
Em 31 de dezembro de 2012:				
Empréstimos e financiamentos	4.706	5.586	1.340	11.632
Debêntures	1.698	216.844	325.267	543.809
Contas a pagar - aquisições	<u>54.823</u>	<u>69.240</u>	<u>102.283</u>	<u>226.346</u>
	<u>61.227</u>	<u>291.670</u>	<u>428.890</u>	<u>781.787</u>

#### 4.2. Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

Os índices de alavancagem financeira estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dívida (i)	-	-	549.220	555.441
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante (ii)	<u>(1.005)</u>	<u>(1.752)</u>	<u>(423.086)</u>	<u>(219.460)</u>
Dívida líquida	(1.005)	(1.752)	126.134	335.981
Patrimônio líquido (iii)	<u>2.618.689</u>	<u>2.246.204</u>	<u>2.618.689</u>	<u>2.246.204</u>
Índice de alavancagem financeira	-	-	12,0%	25,0%

- (i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos bancários circulantes e não circulantes, debêntures emitidas e contas a pagar de aquisições, conforme detalhado nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 23 .
- (ii) Trata-se de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 7 e nº 8.
- (iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 27.

#### 4.3. Análise de sensibilidade

A seguir, quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, com cenário mais provável, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

Para a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes nas datas dos balanços.

a) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante

Controladora

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
CDI	1.000	Desvalorização do CDI	106	79	53

Consolidado

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
CDI	398.893	Desvalorização do CDI	42.083	31.562	21.042

b) Empréstimos, financiamentos, debêntures e contas a pagar - aquisições

Consolidado

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
CDI	712.565	Alta do CDI	75.176	93.970	112.764
IPCA	20.052	Alta do IPCA	1.227	1.534	1.841

Não são considerados os contratos de “leasing”, no montante de R\$4.038, atualizado por uma taxa média de 6,7%, conforme nota explicativa nº 19.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia demonstrou o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses, utilizando taxas projetadas: CDI - 10,55% e IPCA - 6,12% ao ano.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

As taxas utilizadas para a projeção foram extraídas de fontes externas independentes: IPCA do relatório Focus do Banco Central do Brasil - Bacen, e CDI de estimativa divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.

## 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.



Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2013 estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, as premissas e as limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

c) Contas a receber

São classificados como recebíveis, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam do valor de mercado.

d) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados.

Consolidado

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<b>Ativos:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	418.932	418.932
Títulos e valores mobiliários (i)	Empréstimos e recebíveis	4.154	4.154
Contas a receber (ii)	Empréstimos e recebíveis	328.141	328.141
Demais contas a receber (com exceção de despesas antecipadas) (iii)	Empréstimos e recebíveis	25.721	25.721
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores (iv)	Outros passivos financeiros	79.603	79.603
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro (v)	Outros passivos financeiros	3.071	3.071
Debêntures (vi)	Outros passivos financeiros	546.149	546.149
Contas a pagar - aquisições	Outros passivos financeiros	188.902	188.902
Demais contas a pagar (iii)	Outros passivos financeiros	7.906	7.906

(i) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.

- (ii) O saldo de contas a receber tem prazo médio de recebimento de 59 dias; portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia. O cálculo do prazo médio utiliza o saldo de contas a receber líquido de curto prazo dividido pela receita líquida.
- (iii) Referem-se a instrumentos acordados por meio de contrato e que serão liquidados em dinheiro; os valores justos aproximam-se do valor contábil.
- (iv) O saldo de fornecedores tem prazo médio substancialmente em até 45 dias; portanto, aproxima-se do valor justo esperado.
- (v) A Companhia entende que, se contratasse novos arrendamentos ou empréstimos de capital de giro, com as mesmas características, os custos e encargos envolvidos seriam próximos dos valores contábeis.
- (vi) Considerando que as condições de mercado para uma nova emissão permanecem as mesmas, a Companhia entende que o valor contábil é próximo ao de mercado.

## 6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito:				
Grupo 1 - ensino superior	-	-	441.484	319.610
Grupo 2 - educação básica	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.125</u>	<u>36.298</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>477.609</u>	<u>355.908</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo: (*)				
AAA	5	31	24.086	128.569
AA	-	-	43	3.165
Outros	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>64</u>	<u>492</u>
	<u>5</u>	<u>33</u>	<u>24.193</u>	<u>132.226</u>
Aplicações financeiras de curto e longo prazos: (*)				
AAA	1.000	1.719	398.893	85.258
AA	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.976</u>
	<u>1.000</u>	<u>1.719</u>	<u>398.893</u>	<u>87.234</u>

(\*) “Rating” atribuído pelas agências de classificação de risco Fitch Ratings e Standard & Poor’s (S&P) aos bancos nos quais a Companhia mantém as aplicações.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Conta corrente	5	33	24.193	132.226
Aplicações financeiras				
Fundo de renda fixa (i)	1.000	1.719	12.909	13.932
Fundo exclusivo (ii)	-	-	372.273	59.460
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (ii)	-	-	8.557	7.186
Aplicações financeiras (iv)	-	-	-	1.916
Título de capitalização (v)	-	-	1.000	900
	<u>1.005</u>	<u>1.752</u>	<u>418.932</u>	<u>215.620</u>

(i) Refere-se a aplicações financeiras em fundo de renda fixa, de excedente de caixa diário, com rendimentos atrelados à variação do CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia tem o direito de resgate imediato.

(ii) Refere-se a aplicações financeiras em fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria renda fixa, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, a carteira é composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos têm conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia tem o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e títulos do Tesouro Nacional - Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Letras do Tesouro Nacional - LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, sendo 68,73% de crédito privado - bancos e 31,27% em títulos do Tesouro. A rentabilidade do Fundo tem atingido a média de 102,6% do CDI.

(iii) Referem-se a aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados ao CDI. A rentabilidade média foi de 100,6% do CDI.

(iv) Referem-se a aplicações financeiras compromissadas com debêntures, com rendimentos atrelados ao CDI. A rentabilidade é de 101,5% do CDI.

(v) Refere-se à aquisição de títulos de capitalização no valor de face de R\$1.000 com vigência de 24 meses a partir de dezembro de 2011, com carência de 12 meses para o resgate antecipado.

O rendimento médio mensal no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de 102,6% do CDI, e as receitas financeiras geradas no exercício foram de R\$27.916 (R\$29.514 em 31 de dezembro de 2012).

## 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - NÃO CIRCULANTE

	Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
CDBs (i)	500	463
Debêntures (ii)	<u>3.654</u>	<u>3.377</u>
Total	<u>4.154</u>	<u>3.840</u>

- (i) São aplicações que não possuem liquidez imediata e foram classificadas como não circulantes. São todas aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados ao CDI, cuja rentabilidade é de 100% do CDI.
- (ii) São aplicações compromissadas atreladas às debêntures emitidas por terceiros, referentes a garantias dadas a terceiros, e que não possuem liquidez imediata.

## 9. CONTAS A RECEBER - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ensino superior (i)	441.484	319.610
Educação básica	<u>36.125</u>	<u>36.298</u>
	<u>477.609</u>	<u>355.908</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa:		
Ensino superior	(114.105)	(85.526)
Educação básica	<u>(7.865)</u>	<u>(9.837)</u>
	<u>(121.970)</u>	<u>(95.363)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa	355.639	260.545
Ajuste a valor presente (ii)	<u>(986)</u>	<u>(1.039)</u>
	<u>354.653</u>	<u>259.506</u>
Circulante	328.141	245.104
Não circulante (iii)	26.512	14.402

- (i) No segmento de ensino superior presencial, a Companhia possui alunos contemplados pelo Programa FIES.

Conforme a legislação que instituiu esse Programa, a Companhia recebe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE repasses correspondentes (98% sem fundo garantidor e 94,2% com fundo garantidor) ao montante financiado por seus alunos. Adicionalmente, a Companhia pode também compensar tributos federais com os montantes a serem repassados pelo FNDE.

Em 31 de dezembro de 2013, as contas a receber do FIES líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$153.268 (R\$83.531 em 31 de dezembro de 2012).

(ii) O ajuste a valor presente é calculado somente sobre os saldos das contas a receber com vencimentos futuros, cujos juros foram reconhecidos na data presente. O cálculo é realizado por meio do fluxo de caixa descontado. A taxa média utilizada foi de 6,2% ao ano. À medida que ocorre a realização das contas a receber, o saldo classificado como ajuste a valor presente é reconhecido como receita financeira.

(iii) Refere-se a renegociações de mensalidades e créditos estudantis (ensino superior).

Os títulos vencidos acima de 365 dias são baixados, assim como a respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Baixa dos títulos vencidos há mais de 365 dias no exercício	(65.736)	(47.344)
Baixa de provisão para créditos de liquidação duvidosa acumulada	<u>65.736</u>	<u>47.344</u>

A Companhia não possui operações de desconto de duplicatas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Valores a vencer (i)	263.872	166.713
Vencidos		
Até 30 dias	40.661	34.357
Entre 31 e 60 dias	34.749	27.089
Entre 61 e 90 dias	18.878	13.221
Entre 91 e 365 dias	119.449	114.528
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(121.970)	(95.363)
Ajuste a valor presente	<u>(986)</u>	<u>(1.039)</u>
	<u>354.653</u>	<u>259.506</u>

(i) Os valores a receber do FIES estão classificados nessa faixa.

A Companhia constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando as “safras” mensais de recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a performance de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionado. A probabilidade de perda aumenta conforme o tempo de atraso do pagamento, e quando o atraso atinge uma faixa superior a 365 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua ocorrência.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Companhia é responsável por uma parcela de eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos sem fundo garantidor, a Companhia é responsável por 15% de uma eventual inadimplência do aluno. Para contratos com fundo garantidor a Companhia é responsável por 1,5% de uma eventual inadimplência do aluno.

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	(72.117)
Baixa contra o contas a receber	47.344
Constituição	(66.083)
Saldo proveniente de empresas adquiridas	<u>(4.507)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(95.363)
Baixa contra o contas a receber	65.736
Constituição	<u>(92.343)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(121.970)</u>

## 10. ESTOQUES

	Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Livros e coleções	15.599	13.431
Livros comerciais	5.575	2.157
Outros	-	1.725
Provisão para perdas (i)	<u>(4.532)</u>	<u>(1.410)</u>
	<u>16.642</u>	<u>15.903</u>

(i) A provisão para perdas prováveis sobre os estoques de livros e coleções de exercícios anteriores é calculada com base na expectativa de realização deles.

O custo dos estoques reconhecido como custo dos produtos vendidos totalizou R\$24.859 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$25.896 em 31 de dezembro de 2012).

A movimentação da provisão para perda nos estoques está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	(1.153)
Constituição	(3.298)
Baixa	<u>3.041</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(1.410)</u>
Constituição	(3.834)
Baixa	<u>712</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(4.532)</u>

## 11. ADIANTAMENTOS

	Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fornecedores		
Campus Betim (i)	6.669	9.956
Campus Raja (i)	-	2.370
Campus Macapá (i)	341	730
Campus Valadares (i)	450	-
Campus Barreiro (i)	3.000	-
Campus São Luís (ii)	-	2.054
Plano de comunicação (iii)	1.807	1.543
Empregados (iv)	12.666	14.096
Repasse para polos de EAD (v)	1.247	2.987
Viagens	530	565
Outros	<u>2.224</u>	<u>1.919</u>
	<u>28.934</u>	<u>36.220</u>
Circulante	25.320	27.443
Não circulante	3.614	8.777

- (i) Refere-se a antecipações a fornecedores para construção e manutenção dos prédios das unidades de ensino superior de Betim, Raja, Macapá, Valadares e Barreiro. Esses valores são classificados como recuperáveis, pois serão compensados no pagamento mensal dos aluguéis e corrigidos mensalmente, conforme determinado em contrato. Todos têm prazo de realização em até dois anos, com exceção de Betim, cuja expectativa excede esse prazo.
- (ii) Refere-se a adiantamentos para ampliação do campus utilizados durante 2013.
- (iii) Refere-se a adiantamentos a agências de publicidade para desenvolvimento de campanhas de marketing.
- (iv) Refere-se principalmente a adiantamentos de férias a empregados.
- (v) Refere-se a recebíveis de alunos que são adiantados pela Companhia aos polos de EAD para a manutenção da operação. À medida que os recebimentos dos alunos ocorrem, os valores são deduzidos do saldo de repasse adiantado ao polo.

## 12. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante				
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	1.227	1.107	16.679	17.590
INSS a recuperar (ii)	-	-	1.061	3.809
PIS, Cofins e ISS a recuperar (iii)	-	-	2.835	2.380
Refis IV (iv)	-	-	2.166	1.766
ICMS a recuperar	-	-	115	10
	<u>1.227</u>	<u>1.107</u>	<u>22.856</u>	<u>25.555</u>
Não circulante				
INSS a recuperar (v)	-	-	6.324	6.093
IRPJ a recuperar	-	-	-	3.718
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.324</u>	<u>9.811</u>

- (i) Refere-se a Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados por estimativa, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil - RFB.
- (ii) Refere-se a tributos relativos ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS retidos na fonte por clientes pessoa jurídica.
- (iii) Refere-se a Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins e Imposto Sobre Serviços - ISS retidos na fonte vinculados à emissão de notas fiscais da prestação de serviços.
- (iv) Trata-se de parcelas de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis IV. Em abril de 2008, algumas controladas aderiram ao parcelamento regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/07, denominado Parcelamento das Instituições de Ensino Superior ("Parcelamento das IES"). Posteriormente, as mesmas controladas resolveram abandonar essa modalidade de parcelamento e aderiram ao Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/09.

Até dezembro de 2013, parte dos débitos a serem incluídos no parcelamento não havia sido consolidada, tendo a Companhia decisões judiciais favoráveis determinando que a RFB efetive a consolidação do parcelamento, e o órgão público já se manifestou formalmente no sentido de que cumprirá a determinação judicial. Assim, até que a RFB solucione problemas sistêmicos, as parcelas pagas de adesão ao Refis IV serão controladas no ativo.

- (v) Refere-se ao pagamento de parcelas de adesão ao Parcelamento das IES, modalidade de parcelamento exclusivo a instituições de ensino superior e que não foi levada adiante devido à adesão ao Refis IV. Os valores estão concentrados na controlada Unime LF, no montante de R\$2.717. Na controlada Spes, há créditos oriundos de retenção na fonte de INSS dos contratos. Os créditos mensais originados pelas retenções ultrapassam o valor do tributo a pagar, o que gera acúmulo de crédito. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo acumulado é de R\$3.584 e será objeto de pedido administrativo de ressarcimento e/ou compensação com outros débitos tributários. As demais controladas juntas têm R\$23.



### 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

#### a) Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social, aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes do IRPJ e CSLL	516.571	200.501
Alíquota nominal combinada do IRPJ e CSLL - %	34	34
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	<u>(175.634)</u>	<u>(68.170)</u>
Reconciliação:		
Equivalência patrimonial	180.135	75.021
Adições (exclusões) líquidas (ii)	(4.350)	(2.986)
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo fiscal do exercício	<u>(151)</u>	<u>(2.322)</u>
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	<u>-</u>	<u>1.543</u>
	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes do IRPJ e CSLL do exercício	533.540	208.621
Alíquota nominal combinada do IRPJ e CSLL - %	34	34
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	<u>(181.404)</u>	<u>(70.931)</u>
Reconciliação:		
Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i)	145.306	94.556
Adições (exclusões) líquidas (ii)	2.525	(24.078)
Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores	7.342	5.251
Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada (iii)	105	(2.388)
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas	<u>(2.876)</u>	<u>(20.161)</u>
IRPJ e CSLL diferidos sobre a amortização do ágio alocado	<u>12.033</u>	<u>11.174</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(16.969)</u>	<u>(6.577)</u>
IRPJ e CSLL correntes no resultado	(19.023)	(16.300)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	2.054	9.723

(i) Corresponde ao benefício fiscal da Lei nº 11.096 de 2005 (ProUni), calculado pelo método do lucro da exploração sobre as atividades incentivadas (vide item c).

(ii) As principais adições e exclusões são provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para participação de empregados nos lucros e provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, além da amortização do ágio alocado em participações societárias.

(iii) Referem-se às controladas Pós EAD, Pós Uniasselvi e Pax, optantes pelo lucro presumido no exercício de 2013. O lucro presumido é o regime de tributação pelo qual o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social tem como base de cálculo a alíquota de presunção de lucro (32% para as atividades de serviços) divulgada em legislação sobre o faturamento da Companhia.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos diferidos em 31 de dezembro de 2013 estão registrados na controlada Projecta e em 31 de dezembro de 2012 nas controladas Pax, Projecta e Spes.

	Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Prejuízos fiscais de imposto de renda	1.101	1.137
Bases negativas de contribuição social	<u>397</u>	<u>409</u>
	<u>1.498</u>	<u>1.546</u>

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	-	401
2014	353	347
2015	387	395
2016	424	403
2017	<u>334</u>	<u>-</u>
	<u>1.498</u>	<u>1.546</u>

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos são demonstrados como segue:

## Consolidado

			Efeito no resultado		
	31/12/2012	Alocação do ágio aos intangíveis	Amortização do ágio alocado	Outros	31/12/2013
No ativo:					
Imposto de renda					
Prejuízos fiscais	1.137	-	-	(36)	1.101
Contribuição social					
Base de cálculo negativa	<u>409</u>	=	=	<u>(12)</u>	<u>397</u>
Ativo não circulante	<u>1.546</u>	=	=	<u>(48)</u>	<u>1.498</u>
No passivo:					
Imposto de renda diferido	(117.141)	(1.296)	8.848	(7.303)	(116.892)
Contribuição social diferida	<u>(42.171)</u>	<u>(466)</u>	<u>3.185</u>	<u>(2.628)</u>	<u>(42.080)</u>
Passivo não circulante líquido	<u>(159.312)</u>	<u>1.762</u>	<u>12.033</u>	<u>(9.931)</u>	<u>(158.972)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes de ativos intangíveis decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais de exercícios anteriores.

### c) Incentivos fiscais

O ProUni estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, Cofins, IRPJ e CSLL) a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As empresas de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas nesse programa.

Segundo a Instrução Normativa nº 456, de 5 de outubro de 2004, da Secretaria da Receita Federal, uma instituição de ensino superior privada que aderiu ao ProUni fica isenta, total ou parcialmente, dos seguintes impostos, durante o período em que o termo de adesão estiver em vigor:

- (i) Imposto de renda e contribuição social relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas provenientes de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.
- (ii) Cofins e PIS referentes às receitas provenientes dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Devido à isenção desses tributos a quem adere ao ProUni, as controladas que possuem prejuízo fiscal e base negativa não efetuam contabilização de créditos tributários, devido a relevância de sua alíquota efetiva. Os créditos tributários não constituídos em virtude do ProUni no exercício findo em 31 dezembro de 2013 é de R\$ 223.145.

Adicionalmente, as controladas que têm como atividade principal a comercialização de livros gozam do benefício do não recolhimento do PIS e da Cofins sobre as receitas provenientes da venda de livros no mercado interno, conforme estabelecido pelo artigo 28 da Lei nº 10.865/04. Essas controladas também gozam da não incidência do ICMS sobre a circulação de livros didáticos.

Com a publicação da Instrução Normativa 1.394 de 06 de setembro de 2013, a RFB regulamentou o cálculo da isenção parcial com a aplicação do POEB – Proporcional de Ocupação Efetiva de Bolsas a partir de 2014. No entanto todas as controladas possuem liminares judiciais garantindo que as alterações trazidas pela IN 1.394/2013 não surtam efeitos enquanto essas alterações não sejam efetivadas através da mudança da legislação.

d) Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas:

- (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;
- (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;
- (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos;
- (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e
- (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pago até a data de publicação da MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A administração aguarda a apreciação da referida MP pelo Poder Legislativo a fim de decidir sobre sua eventual adoção antecipada para o ano-calendário de 2014.

#### 14. DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante:				
Operações de cartão de crédito (i)	-	-	4.775	3.644
Direitos sobre cessão de bens (ii)	-	-	496	281
Despesas antecipadas (iii)	3	-	1.201	769
Crédito com adquiridas (iv)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.716</u>	<u>6.224</u>
	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>23.188</u>	<u>10.918</u>
Não circulante:				
Venda da controlada Suesc (v)	-	-	2.533	2.270
Direitos sobre cessão de bens (ii)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>752</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.533</u>	<u>3.022</u>

- (i) Saldo a receber das operadoras de cartão de crédito referente aos pagamentos dos alunos por meio dessa modalidade.
- (ii) Saldos a receber pela transferência de propriedade aos polos de EAD de equipamentos de informática e audiovisuais. A controlada Unopar mantém contratos para compra de bens por meio de arrendamento financeiro e transfere os bens aos polos parceiros. A controlada mantém, dessa forma, arrendamento mercantil financeiro, conforme a nota explicativa nº 19.
- (iii) Referem-se aos saldos de despesas antecipadas representados principalmente por pagamentos antecipados de material didático dos cursos de EAD e por prêmios de seguro.
- (iv) A controlada Unirondon possui débitos previdenciários perante o INSS, no montante de R\$6.596, que serão quitados em 60 parcelas, sendo as parcelas pagas pela Companhia e de responsabilidade dos vendedores. A Companhia fará o desconto das parcelas a pagar pela aquisição.

As demais controladas adquiridas somadas possuem o saldo de R\$8.702 referente a impostos e sucumbências que serão cobrados dos antigos vendedores.

- (v) O valor a receber pela venda da Suesc está vinculado ao saldo remanescente do passivo fiscal do ISS, conforme decisão final a ser proferida no âmbito do processo de execução fiscal ajuizado pelo Município do Rio de Janeiro. Se favorável, a Companhia terá o direito de receber do comprador o valor acordado entre as partes e, com isso, poderá reverter o passivo. Em caso desfavorável, a Companhia pagará a diferença entre o preço definido em contrato e o valor da causa. O valor a pagar está registrado na rubrica “Demais contas a pagar”, no passivo não circulante. O saldo é corrigido mensalmente por 1%.

## 15. INVESTIMENTOS

### a) Informação sobre investimentos da controladora

#### Controlada EDE

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Quantidade de ações possuídas	2.160.752.536	2.034.266.657
Participação no capital social - %	100	100
Capital social (i)	2.160.753	2.034.267
Patrimônio líquido	2.592.252	2.186.232
Lucro do exercício	529.808	192.228
Saldo contábil do investimento	2.579.780	2.186.232
Equivalência patrimonial	529.808	192.164

As movimentações do investimento são como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	2.186.232	1.152.801
Aumento de capital (i)	3.930	886.906
Resultado de equivalência patrimonial	529.808	192.164
Dividendos (ii)	<u>(140.190)</u>	<u>(45.639)</u>
Saldo final	<u>2.579.780</u>	<u>2.186.232</u>

- (i) Em março de 2013 houve aumento de capital social no montante de R\$ 122.556 na controlada EDE mediante transferência desse valor da reserva de capital.

Unopar (incorporada em 1º de janeiro de 2013). Em junho de 2013, houve aumento de capital no valor de R\$3.930.

- (ii) Em maio de 2013, houve a distribuição dos dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$45.639, referente ao disposto no estatuto, que determina a distribuição de 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Em maio de 2013, houve a distribuição de dividendos adicionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$14.362.

Em junho de 2013, foram distribuídos dividendos intercalares sobre o lucro líquido ajustado do trimestre findo em 31 de março de 2013, no valor de R\$40.924.

Em agosto de 2013, foram distribuídos dividendos intercalares sobre o lucro líquido ajustado do trimestre findo em 30 de junho de 2013, no valor de R\$42.045.

Em novembro de 2013, foram distribuídos dividendos intercalares sobre o lucro líquido ajustado do trimestre findo em 30 de setembro de 2013, no valor de R\$30.387.

Dividendos a serem pagos pela controlada EDE, no valor de R\$12.472, sobre o lucro líquido ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

b) Informações sobre investimentos da controlada EDE nas respectivas controladas diretas e indiretas

	Quantidade de cotas possuídas		Capital social		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Alba (viii)	-	250.000	-	250	-	7.799
Ceama	34.078.305	27.362.100	34.078	27.362	37.722	19.185
CSL (ii)	-	766.812	-	767	-	846
Fais	8.228.752	4.926.952	8.229	4.927	14.427	7.692
Fatec (viii)	-	916.919	-	917	-	684
GK	5.471.044	3.118.691	5.471	3.119	6.229	2.584
Orme	51.344.388	29.825.388	51.344	29.825	19.801	8.017
Pax	11.031.163	11.031.163	11.031	11.031	15.364	13.478
Projecta	10.234.275	10.234.275	10.234	10.234	5.760	5.868
Pses	127.296.879	126.706.854	127.297	126.707	263.819	188.440
Spes	18.031.325	18.386.098	18.031	18.386	21.961	18.937
Umep (viii)	-	21.518.385	-	21.518	-	11.983
União	6.708.878	4.708.878	6.709	4.709	4.757	1.571
Unilinhares (viii)	-	10.155.818	-	10.156	-	10.156
Unirondon (iv)	28.025.000	16.059.232	28.025	16.059	23.866	(14.146)
Unopar (v) (viii)	-	80.626.800	-	80.627	-	80.627
Assevím (vi)	6.195.918	3.738.861	6.196	3.739	5.086	1.547
Fameg (vi)	6.471.685	3.492.678	6.472	3.493	6.292	1.057
Famelages (vi)	4.030.842	1.195.692	4.031	1.196	1.676	(592)
Famesul (vi)	13.942.641	9.398.555	13.943	9.399	4.081	(405)
Pós - EAD (vi) (xi)	-	82.423	-	82	-	3.591
Pós - uniasselvi (vi), (xi)	-	1.924.009	-	1.924	-	(1.618)
Uniasselvi (vi)	1.690.000	10.000	1.690	10	83.136	29.317
LDV (vi), (xii)	-	50.000	-	50	-	(54)
Iuni	291.911.168	291.911.168	291.911	291.911	314.662	291.912
Unic Educacional (ix)	75.515.856	-	75.516	-	82.610	-
Unic VG (x)	-	1.134.663	-	1.135	-	2.529
Unic Primavera Antiga (x)	-	366.000	-	366	-	2.439
Unic Primavera Nova (x)	-	2.097.470	-	2.097	-	11.101
Unic Sinop (x)	-	1.714.672	-	1.715	-	12.045
Unic Tangará Sul (x)	-	4.423.861	-	4.424	-	13.890
Unic Tangará Norte (x)	-	3.987.510	-	3.988	-	1.759
Unic Roo AE (x)	-	287.000	-	287	-	6.576
Unic Roo FP (x)	-	6.035.934	-	6.036	-	4.625
Unime Itabuna (x)	-	8.989.577	-	8.990	-	20.512
Unime Salvador	13.726.544	13.726.544	13.727	13.727	25.349	16.163
Fama Marabá (xiii)	-	522.450	-	522	-	6
Unime LF	37.409.183	37.409.183	37.409	37.409	78.165	37.409
Fama Macapá	11.619.489	9.722.407	11.619	9.722	44.192	16.276

	Ativo total		Passivo total		Receita líquida	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ágora (i)	-	-	-	-	-	99
Alba (viii)	-	36.587	-	28.788	-	497
Ceama	55.865	36.798	18.143	17.613	26.238	19.712
CSL (ii)	-	1.413	-	567	-	1.491
Fais	15.986	9.775	1.559	2.083	15.783	10.883
Fatec (viii)	-	690	-	6	-	52
GK	6.798	4.296	568	1.712	4.690	3.063
Inade	-	-	-	-	-	1.361
Orme	24.422	14.023	4.620	6.006	10.204	8.870
Pax	17.667	17.824	2.303	4.345	18.451	18.707
Projecta	6.228	7.278	468	1.410	1.922	5.282
Pses	287.542	207.427	23.723	18.987	265.364	183.622
Spes	34.254	27.134	12.293	8.196	51.570	47.077
Umep (viii)	-	15.576	-	3.593	-	15.982
União	6.489	3.124	1.732	1.553	8.012	7.086
Unilinhares (viii)	-	13.308	-	3.152	-	23.129
Unirondon (iv)	54.885	39.135	31.019	53.281	26.163	10.725
Unopar (v), (viii)	-	209.287	-	128.661	-	369.125
Ítala (vii)	-	-	-	-	-	739
Assevim (vi)	8.548	5.379	3.462	3.832	6.803	3.232
Fameg (vi)	9.860	5.030	3.568	3.973	11.237	5.258
Famelages (vi)	2.424	903	748	1.495	-	-
Famesul (vi)	9.097	5.335	5.016	5.740	3.917	1.989
Pós - EAD (vi), (xi)	-	7.849	-	4.258	10.160	6.747
Pós - Uniasselvi (vi), (xi)	-	8.247	-	9.865	5.365	2.803
Uniasselvi (vi)	154.852	161.970	71.716	132.653	205.152	97.146
LDV (vi), (xii)	-	29	-	83	34	168
Iuni	392.914	373.399	78.252	81.487	238.175	191.210
Unic Educacional (ix)	100.491	-	17.881	-	138.547	-
Unic VG (x)	-	3.482	-	953	-	3.181
Unic Primavera						
Antiga (x)	-	3.530	-	1.090	-	3.253
Unic Primavera Nova (x)	-	16.180	-	5.080	-	18.858
Unic Sinop (x)	-	14.308	-	2.263	-	13.720
Unic Tangará Sul (x)	-	18.180	-	4.290	-	16.104
Unic Tangará Norte (x)	-	2.554	-	795	-	2.616
Unic Roo AE (x)	-	8.747	-	2.171	-	16.667
Unic Roo FP (x)	-	6.513	-	1.888	-	4.736
Unime Itabuna (x)	-	26.706	-	6.194	-	24.779
Unime Salvador	30.235	20.591	4.886	4.428	28.566	21.881
Fama Marabá (xiii)	-	61	-	55	-	-
Unime LF	120.626	73.118	42.461	35.709	85.256	61.363
Fama Macapá	50.580	23.153	6.388	6.877	45.010	22.397

	Lucro (prejuízo) líquido		Saldo contábil do investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ágora (i)	-	(419)	-	-	-	(419)
Alba (viii)	-	5.032	-	7.799	-	5.032
Ceama	11.817	5.395	37.722	19.185	11.817	5.395
CSL (ii)	-	83	-	846	-	83
Fais	8.630	4.262	14.427	7.692	8.630	4.262
Fatec (viii)	-	(45)	-	684	-	(45)
GK	1.290	291	6.229	2.584	1.290	291
Inade	-	233	-	-	-	233
Orme	(9.743)	(7.142)	19.801	8.017	(9.743)	(7.142)



	Lucro (prejuízo) líquido		Saldo contábil do investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Pax	2.211	1.639	15.364	13.478	2.211	1.639
Projecta	(106)	(177)	5.760	5.868	(106)	(177)
Pses	111.081	54.287	263.819	188.440	111.081	54.287
Spes	2.621	5.772	21.961	18.937	2.621	5.772
Umep (viii)	-	2.646	-	11.983	-	2.646
União	1.179	663	4.757	1.571	1.179	663
Unilinhares (viii)	-	4.279	-	10.156	-	4.279
Unirondon (iv)	10.006	646	23.866	(14.146)	10.006	646
Unopar (v) (viii)	-	161.061	-	80.627	-	161.061
Ítala (vii)	-	23.043	-	-	-	23.043
Assevim (vi)	1.082	(488)	5.086	1.547	1.082	(488)
Fameg (vi)	2.256	(607)	6.292	1.057	2.256	(607)
Famelages (vi)	(567)	(474)	1.676	(592)	(567)	(474)
Famesul (vi)	(59)	(706)	4.081	(405)	(59)	(706)
Pós - EAD (vi) (xi)	4.371	3.970	-	3.591	4.371	3.970
Pós - Uniasselvi (vi) (xi)	1.044	(370)	-	(1.618)	1.044	(370)
Uniasselvi (vi)	75.694	16.538	83.136	29.317	75.694	16.538
LDV (vi) (xii)	17	(36)	-	(54)	17	(36)
Iuni	132.683	53.020	314.662	291.912	132.683	53.020
Unic Educacional (ix)	67.779	-	82.610	-	67.779	-
Unic VG (x)	-	339	-	2.529	-	339
Unic Primavera						
Antiga (x)	-	1.770	-	2.439	-	1.770
Unic Primavera Nova (x)	-	7.888	-	11.101	-	7.888
Unic Sinop (x)	-	6.212	-	12.045	-	6.212
Unic Tangará Sul (x)	-	7.810	-	13.890	-	7.810
Unic Tangará Norte (x)	-	1.238	-	1.759	-	1.238
Unic Roo AE (x)	-	6.560	-	6.576	-	6.560
Unic Roo FP (x)	-	660	-	4.625	-	660
Unime Itabuna (x)	-	7.271	-	20.512	-	7.271
Unime Salvador	9.791	6.733	25.349	16.163	9.791	6.733
Fama Marabá (xiii)	1	3	-	6	1	3
Unime LF	50.616	16.167	78.165	37.409	50.616	16.167
Fama Macapá	26.010	6.159	44.192	16.276	26.010	6.159

- (i) Em 1º de dezembro, a EDE aumentou o capital de sua controlada Spes com as cotas da Ágora, por meio da incorporação da Ágora pela Spes.
- (ii) Em 1º de agosto de 2012, a EDE constituiu a empresa CSL a partir do acervo líquido cindido da controlada Spes.
- (iii) Em 1º de outubro de 2012, ocorreu a incorporação pela EDE.
- (iv) Em 2 de agosto de 2012, a EDE adquiriu 100% das cotas de emissão da controlada.
- (v) Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia aumentou o capital da controlada EDE com as cotas da controlada Unopar, fazendo com que a EDE passasse a ser controladora da Unopar.
- (vi) Em 28 de maio de 2012, a EDE adquiriu 100% das cotas da Ítala e respectivas controladas.
- (vii) Em 1º de dezembro de 2012, a EDE incorporou a Ítala, passando a ser a controladora direta de suas então controladas.
- (viii) Em 1º de janeiro de 2013, ocorreu a incorporação pela EDE.
- (ix) Em 1º de janeiro de 2013, foi constituída a Unic Educacional.

(x) Em 1º de janeiro de 2013, ocorreu a incorporação pela Unic Educacional.

(xi) Em 1º de dezembro de 2013, ocorreu a incorporação pela EDE.

(xii) Em 1º de dezembro de 2013, ocorreu a incorporação pela Uniasselvi.

(xiii) Em 1º de dezembro de 2013, ocorreu a incorporação pela Iuni.

## 16. IMOBILIZADO

### Consolidado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2013			31/12/2012		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Equipamentos de informática	20	73.211	(46.702)	26.509	58.392	(39.163)	19.229
Móveis, equipamentos e utensílios	10	178.636	(76.100)	102.536	150.022	(61.154)	88.868
Biblioteca	10	91.087	(44.078)	47.009	82.394	(36.015)	46.379
Edificações e benfeitorias	6	217.332	(37.522)	179.810	152.998	(22.594)	130.404
Imobilizado em andamento	-	31.687	-	31.687	27.237	-	27.237
Terrenos	-	<u>82.570</u>	<u>-</u>	<u>82.570</u>	<u>59.735</u>	<u>-</u>	<u>59.735</u>
		<u>674.523</u>	<u>(204.402)</u>	<u>470.121</u>	<u>530.778</u>	<u>(158.926)</u>	<u>371.852</u>

A depreciação alocada às rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas administrativas” no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$46.431 (R\$32.642 em 31 de dezembro de 2012).

Os itens do ativo imobilizado têm sua depreciação calculada de forma linear. Não há evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação.

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	16.937	71.324	36.534	78.564	10.559	32.346	246.264
Adições (i)	6.726	23.303	6.356	15.096	39.498	15.689	106.668
Adições provenientes das adquiridas (ii)	2.152	7.649	10.350	11.613	700	1.914	34.378
Adições provenientes de mais-valia	-	-	-	7.759	-	9.786	17.545
Baixas	(16)	(339)	(6)	-	-	-	(361)
Depreciações	(6.570)	(13.069)	(6.855)	(6.148)	-	-	(32.642)
Transferências (iii)	-	-	-	<u>23.520</u>	<u>(23.520)</u>	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	19.229	88.868	46.379	130.404	27.237	59.735	371.852
Adições	15.061	29.677	8.694	5.338	64.075	22.656	145.501
Outras adições (iv)	-	-	-	-	-	179	179
Baixas	(47)	(323)	-	(450)	(160)	-	(980)
Depreciações	(7.734)	(15.686)	(8.064)	(14.947)	-	-	(46.431)
Transferências	-	-	-	<u>59.465</u>	<u>(59.465)</u>	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>26.509</u>	<u>102.536</u>	<u>47.009</u>	<u>179.810</u>	<u>31.687</u>	<u>82.570</u>	<u>470.121</u>

- (i) Das adições do exercício de 2012, as principais foram a aquisição do imóvel da unidade de Timbiras, de edificações por R\$9.799 e de terrenos por R\$4.697, e a aquisição do imóvel Iraí por R\$10.988, ambos em Belo Horizonte. Adição referente à aquisição da Ítala e controladas ocorrida em junho de 2012 e à aquisição da Unirondon em agosto de 2012.
- (ii) Adição proveniente da alocação do ágio gerado na aquisição da Unirondon ocorrida em agosto de 2012.
- (iii) Do saldo de transferências, R\$6.738 referem-se à ativação da unidade Maceió em junho de 2012.
- (iv) Em 2013, houve a aquisição de imóvel nas cidades de Ipatinga e Cuiabá, no valor de R\$15.437, sendo R\$4.800 de terreno. Desse total, ainda está em aberto para pagamento o valor de R\$179. Vide nota explicativa nº 22.

A Companhia arrenda equipamentos de informática por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos médios de 6,7% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. Os equipamentos são de propriedade da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de arrendamentos totalizava R\$3.018 (R\$11.632 em 31 de dezembro de 2012).

## 17. INTANGÍVEL

### Controladora

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	59.450	351.509
Amortização	-	(4.160)
Transferências (i)	-	(287.899)
Saldo final (b)	<u>59.450</u>	<u>59.450</u>

- (i) Em dezembro de 2012, houve aumento de capital na controlada EDE, constituído dos saldos que representavam o saldo da participação da Companhia na controlada Unopar.

### Consolidado

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2013			31/12/2012		
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Intangível líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Intangível líquido</u>
Software	20	59.745	(28.334)	31.411	47.108	(19.942)	27.166
Desenvolvimento de projetos internos	10	92.549	(39.491)	53.058	88.424	(27.147)	61.277
Ágio gerado em aquisições	-	2.101.382	(12.521)	2.088.861	2.115.992	(12.521)	2.103.471
Intangíveis identificados em aquisições	20	<u>523.627</u>	<u>(90.604)</u>	<u>433.023</u>	<u>518.446</u>	<u>(49.577)</u>	<u>468.869</u>
		<u>2.777.303</u>	<u>(170.950)</u>	<u>2.606.353</u>	<u>2.769.970</u>	<u>(109.187)</u>	<u>2.660.783</u>

A amortização alocada às rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas administrativas” no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$61.781 (R\$53.293 em 31 de dezembro de 2012).

A movimentação do intangível é conforme segue:

	Software	Desenvolvimento de projetos internos (a)	Ágio gerado em aquisições (b)	Intangíveis identificados em aquisições (c)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>20.058</u>	<u>66.992</u>	<u>1.690.574</u>	<u>318.993</u>	<u>2.096.617</u>
Adições (i)	8.546	4.825	413.606	185.500	612.477
Adições provenientes das adquiridas (ii)	728	1.382	-	-	2.110
Outras adições (iii)	4.986	-	-	-	4.986
Demais baixas	-	-	(709)	-	(709)
Baixas	(5)	(1.400)	-	-	(1.405)
Amortizações	<u>(7.147)</u>	<u>(10.522)</u>	<u>-</u>	<u>(35.624)</u>	<u>(53.293)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	27.166	61.277	2.103.471	468.869	2.660.783
Adições	12.561	4.300	1.762	-	18.623
Baixas	(47)	(36)	-	-	(83)
Outras baixas (iv)	-	-	(11.189)	-	(11.189)
Transferências	139	(139)	(5.182)	5.182	-
Amortizações	<u>(8.409)</u>	<u>(12.344)</u>	<u>-</u>	<u>(41.028)</u>	<u>(61.781)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>31.410</u>	<u>53.058</u>	<u>2.088.862</u>	<u>433.023</u>	<u>2.606.353</u>

- (i) Do saldo adicionado em ágio, R\$444.873 referem-se à aquisição da Ítala ocorrida em junho de 2012, R\$17.282 referem-se à aquisição da Unirondon em agosto de 2012 e a ajustes de ágio, sendo R\$2.591 da controlada Ceama e R\$854 da controlada União, ambas adquiridas em julho de 2011, e R\$135 da controlada Fais, adquirida em novembro de 2011.
- (ii) Adição relativa à aquisição da Ítala e controladas ocorrida em junho de 2012, de R\$2.088, e à aquisição da Unirondon, de R\$22.
- (iii) Adição decorrente da transferência do saldo de software educacional registrado anteriormente na rubrica “Estoques”.
- (iv) Em março de 2013, houve ajuste de R\$3.689 referente ao caixa retido em favor dos vendedores, registrado no balanço de abertura da controlada incorporada Ítala na data de aquisição. O valor foi ajustado contra a rubrica “Demais contas a pagar” da controlada EDE.

Em maio de 2013, houve ajuste de R\$7.500 da parcela adicional do preço de pagamento de aquisição da controlada Ítala. O valor foi ajustado contra a rubrica “Contas a pagar - aquisições” da controlada EDE.

a) Desenvolvimento de projetos internos

	Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Novas unidades e novos cursos (i)	33.525	38.888
Sistema Universitário Pitágoras (ii)	3.758	4.709
Novos contratos - Rede (iii)	4.766	5.603
Ensino à distância (iv)	8.656	9.013
Avaliação de ensino superior (v)	1.279	1.464
Produção de conteúdo (vi)	<u>1.074</u>	<u>1.600</u>
	<u>53.058</u>	<u>61.277</u>

(i) Referem-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de projetos com vida útil estimada de dez anos, conforme segue:

- Abertura das unidades Ipatinga, Betim, São Luís, Poços de Caldas, Uberlândia, Guarapari, Votorantim, Feira de Santana, Contagem e Governador Valadares e expansão dos campi” de Venda Nova e Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte.
- Investimentos em lançamento de novos produtos.
- Infraestruturas operacional e tecnológica adicionais, que são requeridas pelo Ministério da Educação - MEC, para garantir a operação do ensino superior.
- Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI com detalhamento de todos os cursos a serem protocolados no MEC e gastos incorridos no processo de credenciamento de novos campi e cursos.

(ii) Refere-se a gastos incorridos com o desenvolvimento de metodologias acadêmica (guia para os alunos e professores e sistemas de avaliação) e operacional (manual de operações), para garantir o crescimento do Sistema Universitário Pitágoras. A amortização ocorre pelo período de até dez anos.

(iii) Referem-se aos gastos incorridos com o desenvolvimento de produtos a serem vendidos pela Rede Católica e Rede Pitágoras. A amortização ocorre pelo período de até dez anos.

(iv) Refere-se aos gastos incorridos com a concepção e o desenvolvimento do novo negócio de educação à distância, com o objetivo de oferecer ensino superior semipresencial e via internet em diversas localidades do País. A amortização ocorre pelo período de até dez anos.

(v) Refere-se a gastos incorridos no desenvolvimento de um novo produto e metodologia para avaliação de ensino superior. A amortização ocorre pelo período de até dez anos.

(vi) Refere-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de conteúdo pedagógico e de banco de dados educacional. Conforme os projetos são finalizados, a amortização é iniciada pelo período de até dois anos.

b) Ágio gerado em aquisição de controladas

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos (para aquisições após 1º de janeiro de 2009) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio gerado por aquisições de controladas, classificados como decorrente de expectativa de rentabilidade futura, “goodwill”, tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Aesg (i)	-	-	2.209	2.209
Ceama	-	-	35.879	35.879
Cidade Jardim (ii)	-	-	6.889	6.889
EDE (iii)	59.450	59.450	59.450	59.450
Factef (i)	-	-	5.423	5.423
Fadom (i)	-	-	9.358	9.358
Fais	-	-	5.857	5.857
Fatec (iv)	-	-	305	305
GK (iv)	-	-	500	500
Ítala (v)	-	-	375.588	386.778
Japi (i)	-	-	3.809	3.809
Nabec (i)	-	-	130	130
São Francisco (i)	-	-	928	928
Sesg (i)	-	-	1.819	1.819
Umep (iv)	-	-	11.550	11.550
Unilinhares	-	-	10.477	10.477
União	-	-	6.891	6.891
Uniminas (i)	-	-	20.030	20.030
Unirondon (vi)	-	-	19.828	23.248
Unopar (iv)	-	-	1.163.607	1.163.607
Iuni	-	-	271.197	271.197
Unic Primavera Antiga (vii)	-	-	3.457	3.457
Unic Primavera Nova (vii)	-	-	7.673	7.673
Unic Roo AE (vii)	-	-	8.848	8.848
Unic Roo FP (vii)	-	-	2.780	2.780
Unic Sinop (vii)	-	-	2.666	2.666
Unic Tangará Norte (v)	-	-	8.084	8.084
Unic Tangará Sul (vii)	-	-	8.792	8.792
Unime Itabuna (vii)	-	-	15.700	15.700
Unime Salvador	-	-	11.130	11.130
Fama Macapá	-	-	8.007	8.007
	<u>59.450</u>	<u>59.450</u>	<u>2.088.861</u>	<u>2.103.471</u>

- (i) Controladas incorporadas pela EDE em agosto de 2010.
- (ii) Refere-se ao ágio registrado no aumento da participação da Pses no Colégio Pitágoras Cidade Jardim S.A., o qual foi incorporado pela Pses em outubro de 2003. Em janeiro de 2007, esse ágio foi transferido para a Spes, em virtude da aquisição do Colégio Cidade Jardim.

(iii) Refere-se a ágio registrado originalmente na Apollo Partners, em virtude da aquisição de cotas da EDE detidas pela Apollo Europe. Na reestruturação societária ocorrida no segundo trimestre de 2007, houve incorporação reversa da Apollo Partners pela EDE para aproveitamento fiscal do ágio e, em linha com as diretrizes da Instrução CVM nº 349/01, foi constituída provisão na incorporada, no montante da diferença entre o valor do ágio e o benefício fiscal decorrente de sua amortização. Na conclusão do processo de reestruturação, o ágio foi recomposto na controladora. O restante do saldo, no valor de R\$52.259, refere-se ao ágio gerado na troca de ações ocorrida em setembro de 2010 entre os sócios da Companhia e os sócios da Iuni, que tornou a EDE subsidiária integral da Companhia.

(iv) Controlada incorporada pela EDE em janeiro de 2013.

(v) Em março de 2013, houve ajuste de R\$3.689 referente ao ajuste de caixa retido em favor dos vendedores, registrado no balanço de abertura da controlada Ítala na data de aquisição. O valor foi ajustado contra a rubrica “Demais contas a pagar” da controlada EDE, uma vez que estava dentro do período de mensuração.

Em maio de 2013, houve ajuste no valor de R\$7.500 da parcela adicional do preço de pagamento de aquisição da controlada Ítala. O valor foi ajustado contra a rubrica “Contas a pagar - aquisições” da controlada EDE, por estar dentro do período de um ano após a data de aquisição.

(vi) Em agosto de 2013, houve a alocação do ágio aos intangíveis identificados na aquisição.

(vii) Controladas incorporadas pela Unic Educacional em janeiro de 2013.

#### Testes do ágio para verificação de “impairment”

O ágio é alocado às UGCs, identificadas de acordo com o segmento operacional.

A seguir um resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Educação básica	59.450	59.450	66.339	66.339
Ensino superior	-	-	2.022.522	2.037.132
	<u>59.450</u>	<u>59.450</u>	<u>2.088.861</u>	<u>2.103.471</u>

Em 31 de dezembro de 2013, os ágios foram submetidos a teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos respectivos valores.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), para avaliar a recuperação dos ágios que correspondem a cada uma das UGCs. O cálculo considera 7 anos de projeção de fluxo explícito, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento de 3,0% ao ano. A taxa de desconto nominal utilizada foi de 14,3% ao ano.

c) Intangíveis identificados em aquisições

Parte do ágio gerado na aquisição das controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de ganho futuro.

Consolidado

31/12/2013								
	Carteira de clientes (i)		Não competição (i)		Licenças e rede parceira de polos (ii)	Marca (iii)		
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Amortização acumulada	Custo	Custo	Amortização acumulada	Total
Ceama	5.283	(2.641)	204	(102)	-	-	-	2.744
Fais	819	(355)	213	(93)	-	-	-	584
Ítala	44.700	(14.155)	1.300	(412)	132.100	7.400	(391)	170.542
Iuni	28.069	(22.456)	-	-	-	-	-	5.613
União	2.110	(1.055)	403	(201)	-	-	-	1.257
Unirondon	5.182	(1.468)	-	-	-	-	-	3.714
Unopar	113.464	(47.276)	-	-	182.350	31	-	248.569
	199.627	(89.406)	2.120	(808)	314.450	7.431	(391)	433.023

31/12/2012								
	Carteira de clientes (i)		Não competição (i)		Licenças e rede parceira de polos (ii)	Marca (iii)		
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Amortização acumulada	Custo	Custo	Amortização acumulada	Total
Ceama	5.283	(1.585)	204	(61)	-	-	-	3.841
Fais	819	(191)	213	(50)	-	-	-	791
Ítala (iii)	44.700	(5.215)	1.300	(152)	132.100	7.400	(144)	179.989
Iuni	28.069	(16.841)	-	-	-	-	-	11.228
União	2.110	(633)	403	(121)	-	-	-	1.759
Unopar	<u>113.464</u>	<u>(24.584)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>182.350</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>271.261</u>
	<u>194.445</u>	<u>(49.049)</u>	<u>2.120</u>	<u>(384)</u>	<u>314.450</u>	<u>7.431</u>	<u>(144)</u>	<u>468.869</u>

(i) Ativos intangíveis com vida útil estimada em até cinco anos.

(ii) Ativos intangíveis de vida útil indefinida e sujeitos a testes anuais de recuperação.

(iii) O saldo proveniente da controlada Ítala possui vida útil estimada em 30 anos. O saldo da controlada Unopar possui vida útil indefinida e está sujeito a testes anuais de recuperação.

## 18. FORNECEDORES

O saldo é composto por fornecedores de materiais e serviços para os cursos de ensino superior (presencial e EAD), por serviços e produtos necessários à produção e comercialização de livros didáticos do sistema de ensino Pitágoras e dos colégios próprios e por consultorias voltadas para a área de educação.



## 19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

### a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Moeda nacional:		
Capital de giro (i)	-	5.972
Arrendamento mercantil financeiro (ii)	<u>3.071</u>	<u>5.660</u>
	<u>3.071</u>	<u>11.632</u>
Circulante	1.770	4.706
Não circulante	1.301	6.926

(i) Refere-se a empréstimo para capital de giro. Os encargos financeiros contratados são atrelados à taxa prefixada de 9,5% ao ano.

(ii) Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos médios de 6,7% ao ano e variação de encargos de 1,1% a 1,7%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”.

Do saldo, R\$496 referem-se a arrendamentos financeiros para compra de bens destinados aos polos parceiros, conforme mencionado na nota explicativa nº 16. O período e valor a receber dos polos são os mesmos do contrato de arrendamento.

Os saldos não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	-	3.471
2015	400	2.115
2016	386	835
2017	386	379
2018	<u>129</u>	<u>126</u>
	<u>1.301</u>	<u>6.926</u>

### b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	11.632	20.929
Adições	665	-
Adições provenientes de adquiridas	-	17.554
Juros provisionados	726	1.376
Pagamentos de juros	(1.641)	(3.664)
Pagamentos de principal	<u>(8.311)</u>	<u>(24.563)</u>
Saldo final	<u>3.071</u>	<u>11.632</u>

c) Arrendamentos financeiros

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido ao arrendador no caso de inadimplência.

20. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Passivo circulante	111.408	1.698
Passivo não circulante	<u>434.741</u>	<u>542.111</u>
	<u>546.149</u>	<u>543.809</u>

Em 15 de dezembro de 2011, foi emitida CCB com juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2% ao ano.

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia, por meio da controlada EDE, realizou sua primeira emissão de debêntures, em série única. Nessa data, foram subscritas 550 debêntures com valor unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$550.000.

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações.

As debêntures têm juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2% ao ano. O prazo de vencimento é de sete anos contados da data de emissão. Após carência de três anos, os pagamentos ocorrerão anualmente no mês de dezembro de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

Não há cláusula de repactuação das debêntures.

Em junho e dezembro de cada ano, são exigidos os pagamentos dos juros calculados até as respectivas datas.

Os saldos apresentados nos passivos circulantes e não circulantes têm como composição a dívida contratada, no valor principal de R\$550.000, somados aos juros provisionados ainda não pagos do período e deduzidos dos custos incorridos na emissão e que estão sendo apropriados mensalmente durante o período de vigência do contrato.

A seguir, a movimentação dos saldos:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	543.809	544.339
Juros provisionados	56.401	58.037
Custo com emissão das debêntures	-	(530)
Pagamento de juros	<u>(54.061)</u>	<u>(58.037)</u>
Saldo final	<u>546.149</u>	<u>543.809</u>

A abertura do saldo não circulante, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	-	108.422
2015	108.685	108.422
2016	108.685	108.422
2017	108.685	108.422
2018	<u>108.686</u>	<u>108.423</u>
	<u>434.741</u>	<u>542.111</u>

O contrato requer a manutenção de índices financeiros “covenants”, que são calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que é garantidora da emissão, relativas ao período/exercício que compreendem 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício social e são exigidos a partir de 2012 até 2018, data do vencimento final.

Os índices financeiros são:

- (i) Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 4 até 2013, reduzindo até 3 no exercício de 2016.
- (ii) Resultado do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado financeiro ajustado. O valor não deve ser inferior a 1,2.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia ficou dentro dos limites estabelecidos: abaixo de 4 no primeiro índice e superior a 1,2 no segundo índice.

## 21. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Salários a pagar	-	-	18.844	15.502
INSS a recolher	-	-	13.862	14.698
FGTS a recolher	-	5	4.687	5.746
IRRF a recolher	-	12	8.254	7.481
Provisão de férias	-	-	33.272	29.091
Encargos sobre provisões	-	-	11.171	9.826
Outros	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>31.474</u>	<u>18.194</u>
	<u>-</u>	<u>18</u>	<u>121.564</u>	<u>100.538</u>

As despesas de salários e encargos estão registradas no resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

## 22. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Recebimentos antecipados por matrículas e mensalidades	<u>56.596</u>	<u>36.307</u>

Os recebimentos antecipados referem-se a adiantamento de matrículas, mensalidades do ano ou semestre efetuado pelos alunos. O saldo é apropriado à receita conforme os serviços são prestados.

## 23. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÕES

	Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante		
Ítala	31.027	43.683
Ceama	8.160	5.138
Unirondon	2.807	2.436
União	752	700
Fais	246	232
Imóvel Ipatinga - Unidade II	179	-
Unopar	-	641
Imóvel Ipatinga	-	634
Unic Tangará Sul	-	1.359
	<u>43.171</u>	<u>54.823</u>
Não circulante		
Ítala	135.389	153.843
Unirondon	8.348	9.744
União	1.503	2.102
Fais	491	696
Ceama	-	5.138
	<u>145.731</u>	<u>171.523</u>

Os valores são atualizados pela variação do CDI, IPCA e INPC, dependendo de cada contrato.

A movimentação dos saldos no exercício é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	416.925
Adições	570.519
Atualização de juros	19.786
Amortizações e baixas	(780.884)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	226.346
Adições de terrenos - vide nota explicativa nº15	16.871
Atualização de juros	15.823
Pagamentos (i)	(57.294)
Baixas (ii)	(12.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>188.902</u>

(i) Do valor de R\$57.294 de pagamentos, R\$15.258 referem-se à aquisição de terreno e edificações na cidades de Ipatinga e Cuiabá ocorrida em 2013, no total de R\$15.437. Vide notas explicativas nº 16 e nº 23.

(ii) Referentes a:

- a) Em maio de 2013, houve ajuste no valor de R\$7.500 da parcela adicional do preço de pagamento de aquisição da controlada Ítala. Por estar dentro do período de um ano após a data de aquisição, ocorrida em maio de 2012, o ajuste foi reconhecido contra o ágio gerado na operação, vide nota explicativa nº 17.
- b) Em julho de 2013, houve a baixa no valor de R\$212 da parcela a vencer da União, devido a despesas com contingências pagas pela Companhia, que foram descontadas dos vendedores.
- c) Em setembro de 2013, houve ajuste no valor de R\$2.928 da parcela adicional do preço de pagamento de aquisição da controlada Ítala. Por estar fora do período de um ano após a data de aquisição, ocorrida em maio de 2012, o ajuste foi reconhecido no resultado.
- d) Em dezembro de 2013, houve ajuste no valor de R\$2.204 da parcela adicional do preço de pagamento de aquisição da controlada Ítala. Por estar fora do período de 1 ano após a data de aquisição, ocorrida em maio de 2012, o ajuste foi reconhecido no resultado.

As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	-	37.189
2015	34.806	32.051
2016	34.806	32.051
2017	33.809	31.119
2018	<u>42.310</u>	<u>39.113</u>
	<u>145.731</u>	<u>171.523</u>

## 24. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

	Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante		
Refis IV (a)	4.782	4.045
Parcelamentos do INSS (b)	1.528	2.569
Parcelamentos federais (c)	473	565
Parcelamentos trabalhistas (d)	380	354
Parcelamentos municipais	-	231
	<u>7.163</u>	<u>7.764</u>
Não circulante		
Refis IV (a)	35.511	33.930
Parcelamentos do INSS (b)	3.405	6.590
Parcelamentos federais (c)	250	860
Parcelamentos trabalhistas (d)	696	59
Parcelamentos municipais	-	1.004
	<u>39.862</u>	<u>42.443</u>

### (a) Refis IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06, a RFB instituiu o Refis IV. A opção pelos parcelamentos de que trata essa Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Esse programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Esse parcelamento prevê, entre outros o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pelas controladas da Companhia, e a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social dos valores remanescentes de multa e juros.

As controladas formalizaram a opção pelo parcelamento entre os meses de setembro e novembro de 2009, em até 180 meses, e até a data dos balanços vêm cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Alguns parcelamentos ainda não foram consolidados por falta e/ou problemas de sistemas informatizados da RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A Companhia obteve decisões judiciais favoráveis determinando a consolidação do parcelamento, e a RFB e a PGFN responderam formalmente que irão cumprir tal decisão e que aguardam uma solução sistêmica para que possam realizar a consolidação do Refis IV.

O programa de parcelamento fiscal abrange os débitos administrados pela RFB e pela PGFN, inclusive saldo remanescente dos débitos consolidados no Refis e no Parcelamento Excepcional - PAEX, e os parcelamentos previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10º da Lei nº 10.522/02.

O parcelamento está constituído em até 180 parcelas mensais, restando, em 31 de dezembro de 2013, 133 parcelas a serem pagas. O saldo a pagar é corrigido mensalmente pela variação da taxa Selic, tendo sido pago até dezembro de 2013 o montante de R\$2.166 de parcelas de adesão antes da consolidação.

Em 2013, houve pagamentos no valor de R\$2.515, referentes à quitação dos parcelamentos das controladas EDE, Fais, Fameg, Unic Educacional e Unime Salvador.

Na controladora Unime LF, houve constituição de R\$7.557, referente à consolidação de novo parcelamento.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo por controlada está apresentado como segue:

<u>Controlada</u>	<u>Tributo parcelado</u>	<u>Saldo</u>
Unime LF	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins	27.386
Iuni	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins	10.480
Fama Macapá	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins	<u>2.427</u>
Circulante e não circulante		<u>40.293</u>

O saldo do Refis IV registrado no passivo não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2013</u>
2015	4.782
2016	4.782
2017	4.782
2018	4.224
2019	3.667
2020	3.667
2021	3.667
2022	3.022
2023	1.550
2024	<u>1.368</u>
	<u>35.511</u>

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social, utilizados para liquidação dos débitos, são de R\$6.810 em 31 de dezembro de 2013.

(b) Parcelamentos do INSS

(i) Unirondon

Parcelamento ordinário de INSS não recolhido de novembro de 2008 a janeiro de 2009, reparcelado em outubro de 2012 em 60 parcelas, restando 45 de R\$83, reajustadas pela taxa Selic mensal.

(ii) Iuni

PAEX, artigo 1º: refere-se a saldo remanescente do Refis do ano 2000. Foi consolidado em 130 parcelas e começou a ser pago em setembro de 2006. Restam 27 parcelas de R\$44, reajustadas mensalmente pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mensal.

(iii) Demais controladas

Em 2013, houve pagamentos no valor de R\$2.453, referentes à quitação dos parcelamentos das controladas Fama Macapá, Unic Educacional, Unime LF, Unime Salvador e Unirondon.

(c) Parcelamentos federais

Referem-se à dívida ativa federal, de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins, das controladas: EDE - R\$419 e Uniasselvi - R\$304, que somadas possuem saldo de R\$723, com prazos e parcelas diferenciados entre si, em 31 de dezembro de 2013. Em 2013, houve pagamento da controlada EDE no valor de R\$202, referente à quitação do pagamento.

(d) Parcelamentos trabalhistas

Referem-se a auto de infração trabalhista lavrado contra a controlada Iuni, que foi parcelado em 60 parcelas, restando, em 31 de dezembro de 2013, 34 parcelas a liquidar de R\$32, reajustadas pela taxa Selic mensal.

A seguir a movimentação dos parcelamentos fiscais:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	50.207	46.577
Adição (i)	7.557	2.960
Adição por aquisição	-	8.987
Atualização de juros	2.757	4.018
Pagamentos	(13.496)	(12.335)
Saldo final	<u>47.025</u>	<u>50.207</u>

- (i) Em junho de 2013, foi constituído o parcelamento Refis IV consolidado na controlada Unime LF.

## 25. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações ou processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos internos e externos. Em decorrência desses processos, foram realizados depósitos judiciais que podem ser recuperados com o julgamento das causas em favor da Companhia e de suas controladas ou utilizados para pagamento no caso de julgamentos desfavoráveis.



## Controladora

Referem-se a processos, de natureza tributária, classificados com perda provável para pagamento de honorários advocatícios e percentuais por êxito nas referidas ações.

## Consolidado

	31/12/2013			31/12/2012		
	<u>Desembolso</u>	<u>Depósitos</u>	<u>Saldo</u>	<u>Desembolso</u>	<u>Depósitos</u>	<u>Saldo</u>
	<u>estimado</u>	<u>judiciais</u>	<u>líquido</u>	<u>estimado</u>	<u>judiciais</u>	<u>líquido</u>
Tributárias (i)	140.737	(5.987)	134.750	186.362	(5.606)	180.756
Trabalhistas (ii)	51.957	(4.613)	47.344	54.654	(2.809)	51.845
Cíveis (iii)	<u>5.549</u>	<u>(169)</u>	<u>5.380</u>	<u>3.558</u>	<u>(231)</u>	<u>3.327</u>
	<u>198.243</u>	<u>(10.769)</u>	<u>187.474</u>	<u>244.574</u>	<u>(8.646)</u>	<u>235.928</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia figurava no polo passivo de 138 ações de natureza tributária, estando elas em discussão judicial ou em discussão administrativa, tendo, nesta última hipótese, a Companhia apresentado defesa administrativa ao órgão fiscalizador e que está pendente de julgamento definitivo nessa instância. Do saldo apresentado no quadro anterior, as controladas adquiridas em 2011 e 2012 participam na seguinte proporção: Ítala - R\$52.389, Unopar - R\$36.718, Unirondon - R\$20.458 e Ceama - R\$14.512; as demais controladas juntas somam o montante de R\$16.660.

As provisões tributárias são principalmente decorrentes de discussões administrativas e judiciais referentes a INSS sobre folha de pagamento e isenção de tributos federais, conforme regras do ProUni. Parte dos valores provisionados possui garantia dos vendedores, previstas nos contratos de compra e venda.

A controlada Ceama possui autos de infração referentes à Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – Cofins, ao Programa de Integração Social – PIS e ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, de R\$10.499. A classificação de perda foi classificada como provável pelos consultores jurídicos. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição, a responsabilidade, garantida contratualmente, é de responsabilidade dos ex-proprietários.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia figurava no polo passivo de 618 ações de natureza judicial trabalhista, incluindo litígios decorrentes de suas aquisições. As ações em sua maioria referem-se a reclamações trabalhistas provenientes de empregados administrativos e professores desligados da Companhia, substancialmente requerendo horas extras, reduções de carga horária, intervalo entre jornadas de trabalho, diferenças salariais e reflexos de FGTS, 13º salário, férias e um terço constitucional. Das 618 ações trabalhistas, 529 ações, totalizando uma contingência de perda provável de R\$24.301, são de responsabilidade da Companhia e 81 ações são de responsabilidade dos vendedores das instituições de educação superior adquiridas, sendo 8 ações de responsabilidade compartilhada, totalizando uma contingência de perda provável de R\$27.656, que está garantida contratualmente a favor da Companhia, sendo Ítala - R\$23.856, Iuni - R\$937, Unopar - R\$2.056, Ceama - R\$697, Unirondon - R\$20 e Fais -R\$60.

A controlada Uniasselvi possui ação trabalhista de responsabilidade dos ex-proprietários, garantida contratualmente referente à cobrança horas extras de profissional, no valor de R\$450. A classificação de perda foi classificada como provável pelos consultores jurídicos.

A controlada Umep possui ação trabalhista referente à cobrança de adicional noturno, horas extras e indenização por danos morais no valor de R\$420. A classificação de perda foi classificada como provável pelos consultores jurídicos.

- (iii) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia figurava como polo passivo em 3.588 ações judiciais de natureza cível, e, de uma maneira geral, os processos cíveis dos quais figura como ré versam sobre ações ajuizadas por alunos e ex-alunos perante os Juizados Especiais Cíveis e a Justiça Comum, em sua grande maioria com pedidos de indenização por danos morais sob a alegação de impedimento do acesso do aluno às dependências da Companhia e de suas controladas com base na Lei nº 9.870/99 (Lei de Mensalidades Escolares). A Companhia entende que as ações cíveis nas quais figura na condição de ré não são relevantes a ponto de poder impactar adversamente e de maneira significativa seus resultados. Do total de ações judiciais de natureza cível, 2.761 ações, que montam a uma contingência de perda provável de R\$4.690, são de responsabilidade da Companhia e 827 ações, totalizando uma contingência de perda provável de R\$859, são de responsabilidade dos vendedores das instituições de educação superior adquiridas pela Companhia e estão garantidas contratualmente a favor da Companhia. Os processos cíveis classificados como perda provável de responsabilidade dos vendedores são assim distribuídos: Ítala - R\$432; Unopar - R\$370, Unirondon - R\$52 e Ceama - R\$5.

A controlada Unime Lauro de Freitas possui ação cível referente a pedido de danos morais e matérias no valor de R\$100. A classificação de perda foi classificada como provável pelos consultores jurídicos.

As provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis têm como base para registro contábil a totalidade dos valores dos processos classificados como prováveis de acordo com opiniões de consultores jurídicos, e as contingências tributárias são atualizadas utilizando a taxa Selic.

A movimentação das referidas provisões está demonstrada a seguir:

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	168.646	22.407	1.566	192.619
Adições e baixas	2.057	4.041	189	6.287
Adições por adquiridas	138.676	27.230	-	165.906
Demais baixas (i)	(709)	-	-	(709)
Adições (baixas) contra garantias	(122.308)	3.653	1.890	(116.765)
Pagamentos	-	(2.677)	(87)	(2.764)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	186.362	54.654	3.558	244.574
Saldos de depósitos judiciais	(5.606)	(2.809)	(231)	(8.646)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2012	<u>180.756</u>	<u>51.845</u>	<u>3.327</u>	<u>235.928</u>

- (i) Em 2012, foi realizada a baixa de R\$709 da provisão tributária contra o patrimônio líquido da controlada Ceama. O mesmo saldo foi ajustado no investimento contra o ágio registrado na EDE, controladora da Ceama. A movimentação ocorreu dentro de um ano após a aquisição.

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	186.362	54.654	3.558	244.574
Adições e baixas	(3.210)	6.877	3.308	6.975
Adições (baixas) contra garantias (ii)	(42.415)	(5.074)	(1.005)	(48.494)
Pagamentos	-	(4.500)	(312)	(4.812)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	140.737	51.957	5.549	198.243
Saldos de depósitos judiciais	(5.987)	(4.613)	(169)	(10.769)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2013	<u>134.750</u>	<u>47.344</u>	<u>5.380</u>	<u>187.474</u>

- (ii) A movimentação refere-se à adição e/ou compensação entre as garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis registradas no ativo não circulante e a respectiva provisão dos processos judiciais. Conforme vence o prazo prescricional da provisão, o saldo é compensado com o saldo da garantia. Dessa movimentação, R\$39.090 são da Uniasselvi, que teve a materialização de processos tributários, autuações recebidas da RFB, que foram classificadas pelos consultores jurídicos como perda possível.

#### Garantia de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

No contrato de compra e venda das controladas Ceama, Ítala, Iuni, Unirondon, Fais e Unopar há garantias atreladas aos processos judiciais em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores poderão ser levantados perante os vendedores sem causar ônus à Companhia.

O demonstrativo das garantias citadas é como segue:

<u>Controlada</u>	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ítala	Tributárias, trabalhistas e cíveis	76.707	129.025
Unirondon	Tributárias, trabalhistas e cíveis	20.530	18.680
Unopar	Tributárias, trabalhistas e cíveis	9.431	9.011
Iuni (i)	Tributárias e trabalhistas	1.315	2.226
Ceama	Trabalhistas e cíveis	2.562	156
Fais	Trabalhistas	60	-
		<u>110.605</u>	<u>159.098</u>

- (i) O contrato de compra e venda do Iuni prevê o valor de R\$100.000 como garantia para as perdas tributárias, classificadas pelos consultores jurídicos da Companhia como remotas, decorrentes do período em que a Iuni gozou da condição de entidade filantrópica. O saldo da garantia é atualizado anualmente pelo IPCA e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$108.549.

#### Perdas possíveis

A Companhia é ré em ações de natureza tributária, trabalhista e cível que envolvem riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos; portanto, sem constituição de provisão, a composição é conforme segue:

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	69.758	6.822	4.501	81.081
Adições	98.125	5.408	13.275	116.808
Baixas	<u>-</u>	<u>(4.489)</u>	<u>(509)</u>	<u>(4.998)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	167.883	7.741	17.267	192.891
Adições	200.072	20.295	48.988	269.355
Baixas	<u>(23.658)</u>	<u>(11.246)</u>	<u>(13.630)</u>	<u>(48.534)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>344.297</u>	<u>16.790</u>	<u>52.625</u>	<u>413.712</u>

Do total de processos administrativos e/ou judiciais tributários, oito processos classificados como perda possível estão vinculados ao período em que a controlada Iuni gozou da condição de entidade filantrópica. Tais processos foram originados de autuações fiscais lavradas pela RFB, em razão do não recolhimento de contribuições previdenciárias (cota patronal, seguro de acidente de trabalho – SAT, risco de acidente de trabalho - RAT e terceiros) ao INSS, bem como de outros tributos (Cofins e PIS); o montante de R\$152.513 foi avaliado pelos consultores jurídicos da Companhia como perda possível.

Em 2013, houve uma adição de processos possíveis da controlada Uniassselvi no montante de R\$181.665. Os processos são resultado de fiscalização da RFB do período pré-aquisição.

Os valores envolvidos contratualmente estão garantidos pelos vendedores.

## 26. DEMAIS CONTAS A PAGAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Circulante</b>				
Repasse da carteira de alunos - aquisição da Ítala (i)	-	-	169	13.256
Repasse da carteira de alunos - aquisição da Iuni (ii)	-	-	627	6.501
Parcela-caução - aquisição da Uniminas (iii)	-	-	2.707	3.047
Depósitos não identificados	-	-	1.543	-
Outros	<u>9</u>	-	<u>329</u>	<u>102</u>
	<u>9</u>	-	<u>5.375</u>	<u>22.906</u>
<b>Não circulante</b>				
Venda da controlada Suesc (iv)	-	-	<u>2.531</u>	<u>2.270</u>

(i) Conforme previsto em contrato de compra da Ítala, toda a carteira de alunos com títulos vencidos até 28 de maio de 2012 (data de assinatura do contrato) que for recebida pela Companhia deve ser repassada ao ex-controlador da Ítala.

(ii) Conforme previsto em contrato de compra e venda da Iuni, ocorrida em março de 2010, toda a carteira de alunos acima de 180 dias naquela data é cobrada, recebida pela Companhia e repassada ao ex-controlador da Iuni.

(iii) Obrigações relacionadas à aquisição da Uniminas previstas no contrato de compra e

venda. O saldo é composto por créditos estudantis recebidos dos alunos e retidos a título de caução.

- (iv) O valor a receber pela venda da controlada Suesc, ocorrida em abril de 2011, está vinculado ao saldo remanescente do passivo fiscal do ISS, conforme decisão a ser proferida no âmbito do processo de execução fiscal ajuizado pelo Município do Rio de Janeiro. Se favorável, a Companhia terá o direito de receber do comprador o valor acordado entre as partes e, com isso, poderá reverter o passivo. Em caso desfavorável, a Companhia pagará a diferença entre o preço corrigido definido em contrato e o valor da causa. O valor a receber está registrado na rubrica “Demais contas a receber” do ativo não circulante. O saldo é corrigido mensalmente por 1%.

## 27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totaliza R\$1.867.228 e é composto por 268.703.876 ações ordinárias, conforme segue:

	<u>Ações ordinárias</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>134.351.938</u>
Total de ações ex-tesouraria	133.965.939
Total de ações em tesouraria	385.999
Desdobramento de ações (i)	<u>134.351.938</u>
Total de ações ex-tesouraria	133.989.796
Total de ações em tesouraria	362.142
Em 31 de dezembro de 2013	<u>268.703.876</u>
Total de ações ex-tesouraria	268.380.932
Total de ações em tesouraria	322.944

Em março e setembro de 2012 houve aumento de capital totalizando R\$613.167.

- (i) Em 5 de março de 2013, em Assembleia Geral, foi aprovado o desdobramento (“split”) de ações na proporção de 2:1. Para cada ação de emissão da Companhia atualmente emitida, foi criada e atribuída a seu titular 1 nova ação, com os mesmos direitos das ações previamente detidas. Da mesma forma, o capital social passou de 134.351.938 ações ordinárias para 268.703.876 ações ordinárias.

### b) Capital autorizado

Em 5 de março de 2013, em Assembleia Geral, o limite de capital autorizado da Companhia passou a ser de 500.000.000 de ações ordinárias.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis, aprovar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a emissão de ações em decorrência de outorgas de

opções de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição dessas ações, e aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

c) Reservas de capital

Custos de emissão de ações

Os custos incorridos para o aumento de capital por meio de emissão de ações pela Companhia foram de R\$22.555 em junho de 2011 e de R\$5.091 em março de 2012.

Reserva de capital

Em 24 de junho de 2009, o Conselho de Administração definiu que o valor de R\$0,09805 de cada nova ação emitida seria destinado à formação de reservas de capital. Em 2 de setembro de 2009, foi homologado o valor da reserva de R\$21.247. A reserva está apresentada no valor de R\$14.585, líquida dos custos provenientes de transação na emissão dessas novas ações, no valor de R\$6.662.

Plano de opção de ações

A provisão do valor justo das opções de ações concedidas, conforme plano de outorga aprovado em 23 de outubro de 2009 é reconhecida como despesa. A contrapartida é registrada contra o patrimônio líquido da Companhia.

Desde a aprovação do plano foram concedidas 5.801.000 ações e canceladas 1.110.000 e exercidas 2.023.667 opções de ações pelos beneficiários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram exercidas 1.554.000 opções em contrapartida à alienação de 1.074.254 ações em tesouraria. Foram reconhecidos R\$12.205 de prêmio de valor justo de opções (R\$7.109 em 31 de dezembro de 2012) e o valor de R\$6.967 de opções exercidas (R\$7.199 em 31 de dezembro de 2012).

O saldo da rubrica em 31 de dezembro de 2013 é de R\$12.055 (R\$6.817 em 31 de dezembro de 2012).

Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios

O saldo constituído de R\$243.873 é o resultado da aquisição da controlada Unopar.

Em 15 de dezembro de 2011, 20% do pagamento da aquisição, conforme o contrato de compra e venda, deveria ser realizado por meio de ações de emissão da Companhia. O valor de 20% do preço de aquisição foi de R\$260.000, constituído de 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais.

Em 28 de setembro de 2012, houve a emissão das 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais no valor de R\$16.127, correspondente ao valor patrimonial contábil das “holdings” detentoras dos 20% do capital social da Unopar.

d) Ações em tesouraria

A recompra das ações está em conformidade com o artigo 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76, com as Instruções Normativas CVM nº 10/80 e nº 390/03 e com as demais legislações pertinentes.

	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Ações ordinárias</u>
Em 31 de dezembro de 2011	7.935.216	1.322.536
Alienação de ações (i)	(5.619.222)	(936.537)
Conversão de ações (ii)	(2.315.994)	-
Em 31 de dezembro de 2012	-	385.999
Alienação de ações (iii)	-	(23.857)
Desdobramento de ações (iv)	-	362.142
Alienação de ações (v)	-	(1.026.540)
Aquisição de ações (vi)	-	625.200
Em 31 de dezembro de 2013	<u>-</u>	<u>322.944</u>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram alienadas 936.537 ações ordinárias ao custo de R\$17.075, todas referentes ao exercício de opções de ações outorgadas. Na alienação foi reconhecido ganho de R\$4.698.
- (ii) Em 5 de dezembro de 2012, a Companhia migrou para o segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Dessa forma, suas ações foram agrupadas, transformando todas as ações preferenciais em ordinárias, e cada 7 ações ordinárias em 1 nova ação ordinária. Como as ações em tesouraria já possuíam o grupamento de 1 ação ordinária para 6 ações preferenciais, a quantidade de ações ordinárias continuou a mesma, sendo canceladas as ações preferenciais.
- (iii) No trimestre findo em 31 de março de 2013, foram alienadas 23.857 ações ao custo de R\$435. Na alienação foi reconhecida a perda de R\$199, registrada na rubrica “Reservas de capital - perdas/ganhos de ações”.
- (iv) Em 5 de março de 2013, em Assembleia Geral, foi aprovado o desdobramento (“split”) de ações na proporção de 2:1. Para cada ação de emissão da Companhia atualmente emitida, foi criada e atribuída a seu titular 1 nova ação, com os mesmos direitos das ações previamente detidas.
- (v) No trimestre findo em 31 de dezembro de 2013, foram alienadas 1.026.540 ações ao custo de R\$18.677. Na alienação foi reconhecida a perda de R\$11.946, registrada na rubrica “Reservas de capital - perdas/ganhos de ações”.
- (vi) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de julho de 2013, foi aprovada a instituição do programa de recompra de ações da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram adquiridas 625.200 ações ao custo de R\$18.408.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. O saldo da rubrica em 31 de dezembro de 2013 é de R\$35.261 (R\$9.432 em 31 de dezembro de 2012).



## Dividendos

Lucro líquido do exercício em 31 de dezembro de 2013	516.571
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(25.829)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>490.742</u>
Dividendos mínimos - 25%	(122.686)
Dividendos intermediários pagos - maio (i)	40.924
Dividendos intermediários pagos - agosto (ii)	23.634
Dividendos intermediários pagos - novembro (iii)	30.386
Dividendos a pagar (iv)	27.742

- (i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2013, foi aprovado o pagamento de R\$40.924 a título de dividendos intercalares do trimestre findo em 31 de março de 2013, correspondendo a 25% do lucro ajustado (considerando reserva legal não constituída) do trimestre.

O valor dos dividendos por ação, se considerada a quantidade de ações ordinárias em circulação em 31 de março de 2013 (ações emitidas excluindo a posição em tesouraria), é de R\$0,152715. Se fosse considerada a posição de ações em circulação em 14 de maio de 2013, o valor seria o mesmo.

- (ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de agosto de 2013, foi aprovado o pagamento de R\$23.624 a título de dividendos intercalares do trimestre findo em 30 de junho de 2013, correspondendo a 25% do lucro ajustado (pós-reserva legal não constituída) do trimestre.

O valor dos dividendos por ação, se considerada a quantidade de ações ordinárias em circulação em 30 de junho de 2013 (ações emitidas excluindo a posição em tesouraria), é de R\$0,088161. Se considerada a posição de ações em circulação em 8 de agosto de 2013, o valor é de R\$0,088275.

- (iii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de novembro de 2013, foi aprovado o pagamento de R\$30.386 a título de dividendos intermediários do trimestre findo em 30 de setembro de 2013, correspondendo a 25% do lucro ajustado (pós-reserva legal não constituída) do trimestre.

O valor dos dividendos por ação, se considerada a quantidade de ações ordinárias em circulação em 30 de setembro de 2013 (ações emitidas excluindo a posição em tesouraria), é de R\$0,113557. Se considerada a posição de ações em circulação em 7 de novembro de 2013, o valor é de R\$0,113551.

- (iv) Será apresentado à aprovação do Conselho de Administração o pagamento de R\$27.742 a título de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, correspondendo a 25% do lucro ajustado (pós-reserva legal constituída).

O valor dos dividendos por ação, se considerada a quantidade de ações ordinárias em circulação em 31 de dezembro de 2013 (ações emitidas excluindo a posição em tesouraria), é de R\$0,113557. Se considerada a posição de ações em circulação em 18 de março de 2014, o valor é de R\$0,113551.

### Dividendos adicionais

Em Assembleia Geral de 19 de março de 2013, foi aprovado o pagamento de R\$60.000 a título de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sendo R\$44.803 de dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro do exercício após a compensação de prejuízos acumulados de exercícios anteriores e da constituição da reserva legal, e R\$15.197 de dividendos adicionais, conforme segue:

Lucro líquido do exercício em 31 de dezembro de 2012	202.044
Compensação de prejuízos acumulados	(13.399)
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(9.432)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>179.213</u>
Dividendos mínimos - 25%	(44.803)
Dividendos adicionais propostos	<u>(15.197)</u>
	<u>(60.000)</u>

O valor dos dividendos por ação, se considerada a quantidade de ações ordinárias em circulação em 31 de dezembro de 2012 (ações emitidas excluindo a posição em tesouraria), é de R\$0,447875. Em 31 de dezembro de 2012, considerando os efeitos retrospectivos da alienação de ações em tesouraria ocorrida em janeiro de 2013, de 23.857 ações ordinárias, e o desdobramento das ações ocorrido em março de 2013, o valor por ação foi de R\$0,223898.

### Reserva para investimentos

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, após a compensação do prejuízo acumulado, a constituição de reserva legal e a proposição de dividendos, no valor de R\$368.056 (R\$119.213 em 31 de dezembro de 2012), foi transferido para a rubrica “Reserva para investimentos”, conforme o artigo 42 do Estatuto Social, e será utilizada para investimento na própria Companhia, a fim de financiar a expansão de suas atividades, seja ela orgânica, seja por meio de aquisições no mercado, cumprindo o plano de negócios de crescimento previsto pela Administração para o exercício de 2014.

## 28. PLANO DE REMUNERAÇÃO DE OPÇÃO DE AÇÕES

O plano de opção de ações da Companhia, aprovado em 23 de outubro de 2009, tem como objetivo reter e incentivar seus executivos, buscando o alinhamento dos interesses destes com os interesses dos acionistas e da Companhia. São elegíveis para participar do plano os conselheiros independentes, diretores estatutários e executivos seniores.

Inicialmente a outorga de opções deveria respeitar o limite máximo de 10 milhões de ações ordinárias (à época da aprovação do plano, 5 milhões de ações ordinárias e 30 milhões de ações preferenciais, correspondentes a 5 milhões de “units”), equivalentes a 8,01% do capital social da Companhia na data da aprovação.

Em 26 de novembro de 2013, uma vez que o plano de opção de compra de ações descrito atingiu o limite máximo de opções que poderiam ser outorgadas, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o novo plano de opção de compra de ações em substituição ao plano anterior.

Nesse novo plano, a outorga de ações deve respeitar o limite máximo de 2,0% do capital social da Companhia, equivalente, na data da aprovação, a 5.374.078 ações ordinárias.

O Conselho de Administração fixou os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de compra de ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (“constructive obligation”) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

O preço de exercício será pago pelos beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada contrato. Os preços definidos nos contratos de outorga, até 31 de dezembro de 2013, variam de R\$16,00 a R\$57,32 (com os efeitos do desdobramento de ações: de R\$8,00 a R\$28,66 respectivamente).

A definição dessa troca de opções por ações ordinárias é dada pelo produto da diferença entre o preço de exercício e o preço médio da ação e a quantidade de opções dividida pelo preço médio da ação no mercado na data de exercício:

$$\text{Quantidade de ações} = \frac{(\text{preço médio} - \text{preço exercício}) \times \text{quantidade de opções}}{\text{preço médio}}$$

Por meio dessa forma de recebimento das ações, o beneficiário do plano não realiza o pagamento das opções e em contraparte troca suas opções por uma quantidade menor de ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as 1.554.000 opções exercidas (pós-desdobramento) foram realizadas por meio de troca pelo preço médio, equivalentes a 1.074.254 ações ordinárias (pós-desdobramento), sem recebimento de pagamento.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados, considerando o desdobramento de forma retrospectiva, estão apresentados a seguir:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Preço médio de exercício por ação em R\$	Opções	Preço médio de exercício por ação em R\$	Opções
Saldo inicial	11,48	5.422.000	9,18	4.344.472
Concedidas (i)	20,97	5.090.000	12,52	3.792.000
Canceladas (ii)	-	-	10,26	(140.000)
Exercidas (iii)	24,20	(1.554.000)	10,14	(2.574.472)
Saldo final		<u>8.958.000</u>		<u>5.422.000</u>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram concedidas 5.090.000 opções, representadas por 5.090.000 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$20,97 por ação.
- (ii) Todas as opções canceladas são de beneficiários que se desligaram da Companhia, deixando de cumprir o requisito para a aquisição do direito ao exercício da opção.
- (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram exercidas 1.554.000 opções, representadas por 1.074.254 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$24,20 por ação.

O saldo de opções passíveis de outorga em 31 de dezembro de 2013 é de 1.094.000 opções (1.378.000 opções em 31 de dezembro de 2012).

As opções de compra de ações outorgadas, considerando o desdobramento para os períodos anteriores, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

<u>Data de vencimento no exercício</u>	<u>Opções</u>			
	<u>Preço médio de exercício por opção em R\$</u>	<u>Quantidade de opções</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>R\$</u>
2011	9,52	24.000	1,29	31.048
2012	8,84	149.000	2,63	391.338
2013	10,45	251.666	3,05	767.841
2014	19,55	2.030.999	9,99	20.286.798
2015	17,57	3.087.667	8,30	25.627.566
2016	23,02	2.108.001	9,79	20.646.187
2017	29,76	<u>1.306.667</u>	12,59	<u>16.451.767</u>
		<u>8.958.000</u>		<u>84.202.545</u>

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, determinado com base no modelo de avaliação “Black-Scholes”, foi de R\$9,63 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram o preço médio ponderado de exercício de R\$20,75 por opção (definidos na data de outorga e corrigidos pelo IPCA até a data de exercício), o preço da ação na data de outorga de R\$24,22 por ação, a volatilidade média utilizada de 27,73%, a vida média esperada da opção correspondente a 970 dias, a taxa de juros média anual sem risco de 8,84% e o “dividend yield” de 2,91%.

A volatilidade foi mensurada pelo desvio-padrão de retornos de ações continuamente compostos com base na análise estatística dos preços diários das ações.

O valor justo das opções de ações concedidas é reconhecido como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica “Reservas de capital - outorga de opções de ações”, no patrimônio líquido. O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$12.205 (R\$7.109 em 31 de dezembro de 2012).

O contrato de opções com vencimento mais longo tem como última data de “vesting” 26 de junho de 2017 e poderá ser exercido em até 36 meses após essa data.

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia utiliza três segmentos operacionais para diferenciação de seus produtos oferecidos: ensino superior presencial, ensino superior à distância - EAD e educação básica.

### Consolidado

	31/12/2013				
	Ensino superior presencial	Ensino superior EAD	Educação básica	Parcela não alocada	Total
Receita líquida	1.234.938	618.842	162.162	-	2.015.942
Custo das vendas e dos serviços prestados	<u>(695.571)</u>	<u>(152.550)</u>	<u>(74.267)</u>	-	<u>(922.388)</u>
Lucro bruto	539.367	466.292	87.895	-	1.093.554
Despesas operacionais:					
Despesas com vendas	(108.145)	(65.443)	(26.922)	-	(200.510)
Despesas gerais e administrativas	(131.482)	(27.129)	(18.939)	(155.130)	(332.680)
Outras despesas, líquidas	-	-	-	(1.614)	(1.614)
Lucro operacional e antes do resultado financeiro	<u>299.740</u>	<u>373.720</u>	<u>42.034</u>	<u>(156.744)</u>	<u>558.750</u>
Ativos	2.288.008	1.361.020	95.552	331.003	4.075.583
Passivos circulante e não circulante	<u>235.754</u>	<u>50.638</u>	<u>67.235</u>	<u>1.103.267</u>	<u>1.456.894</u>

  

	31/12/2012				
	Ensino superior presencial	Ensino superior EAD	Educação básica	Parcela não alocada	Total
Receita líquida	870.570	386.891	148.105	-	1.405.566
Custo das vendas e dos serviços prestados	<u>(587.827)</u>	<u>(99.712)</u>	<u>(75.302)</u>	-	<u>(762.841)</u>
Lucro bruto	282.743	287.179	72.803	-	642.725
Despesas operacionais:					
Despesas com vendas	(76.292)	(41.504)	(20.715)	-	(138.511)
Despesas gerais e administrativas	(111.497)	(30.035)	(15.550)	(103.727)	(260.809)
Outras despesas, líquidas	-	-	-	(349)	(349)
Lucro operacional e antes do resultado financeiro	<u>94.954</u>	<u>215.640</u>	<u>36.538</u>	<u>(104.076)</u>	<u>243.056</u>
Ativos	2.155.286	1.462.911	84.054	81.669	3.783.920
Passivos circulante e não circulante	1.254.844	198.582	23.962	60.328	1.537.716

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada nas demonstrações do resultado.

### 30. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Ensino superior presencial</u>		
Receita bruta	1.522.781	1.090.633
Deduções da receita bruta		
Impostos	(34.793)	(24.292)
ProUni	(123.830)	(93.487)
Descontos	<u>(129.220)</u>	<u>(102.284)</u>
Receita líquida	<u>1.234.938</u>	<u>870.570</u>
 <u>Ensino superior EAD</u>		
Receita bruta	748.891	466.803
Deduções da receita bruta		
Impostos	(12.541)	(8.688)
ProUni	(73.074)	(36.727)
Descontos	<u>(44.434)</u>	<u>(34.497)</u>
Receita líquida	<u>618.842</u>	<u>386.891</u>
 <u>Educação básica</u>		
Receita bruta	171.294	157.996
Deduções da receita bruta		
Impostos	(4.708)	(5.072)
Devoluções	<u>(4.424)</u>	<u>(4.819)</u>
Receita líquida	<u>162.162</u>	<u>148.105</u>
 <u>Total</u>		
Receita bruta	2.442.966	1.715.432
Deduções da receita bruta		
Impostos	(52.042)	(38.052)
ProUni	(196.904)	(130.214)
Descontos	(173.654)	(136.781)
Devoluções	<u>(4.424)</u>	<u>(4.819)</u>
Receita líquida	<u>2.015.942</u>	<u>1.405.566</u>

### 31. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Salários e encargos sociais	(12.205)	(8.273)	(773.041)	(614.229)
Depreciação e amortização	-	(4.160)	(108.212)	(85.935)
Aluguel e condomínio	-	-	(104.632)	(84.047)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(92.343)	(66.083)
Utilidades, limpeza e segurança	(98)	(104)	(74.366)	(67.169)
Publicidade e propaganda	(274)	(349)	(80.105)	(58.772)
Serviços de terceiros	-	(1.361)	(13.300)	(11.563)
Consultorias e assessorias	(4)	-	(50.208)	(35.635)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(24.859)	(25.896)
Jurídico e contingências	(615)	(6.420)	(20.991)	(22.223)
Viagens	-	(5)	(24.729)	(18.747)
Direitos autorais	-	-	(6.190)	(5.561)
Taxas e contribuições	(218)	(193)	(7.052)	(7.031)
Outros custos e despesas	<u>(21)</u>	<u>(92)</u>	<u>(77.164)</u>	<u>(59.619)</u>
	<u>(13.435)</u>	<u>(20.957)</u>	<u>(1.457.192)</u>	<u>(1.162.510)</u>
Representados por:				
Custo das vendas e dos serviços	-	-	(922.388)	(762.841)
Despesas com vendas	-	-	(200.510)	(138.511)
Despesas gerais e administrativas	(13.435)	(20.957)	(332.680)	(260.809)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.614)</u>	<u>(349)</u>
	<u>(13.435)</u>	<u>(20.957)</u>	<u>(1.457.192)</u>	<u>(1.162.510)</u>

### 32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	108	894
Juros sobre saldo de impostos a compensar	93	-
Outras	<u>8</u>	<u>-</u>
	<u>209</u>	<u>894</u>
Despesas financeiras		
Juros e mora comercial	(6)	(86)
Juros e mora fiscal	-	(1)
Tarifas bancárias e de cobrança	<u>(5)</u>	<u>-</u>
	<u>(11)</u>	<u>(87)</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre mensalidades	36.618	28.259
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	27.916	29.514
Descontos obtidos	438	115
Outras	<u>3.201</u>	<u>2.820</u>
	<u>68.173</u>	<u>60.708</u>
Despesas financeiras		
Juros e custos das debêntures	(56.401)	(58.037)
Atualização de obrigações por aquisição de controladas	(15.823)	(19.786)
Tarifas bancárias e de cobrança	(7.770)	(6.027)
Juros e mora comercial	(2.472)	(3.457)
Juros e mora fiscal	(7.101)	(4.205)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(726)	(1.376)
Outras	<u>(3.090)</u>	<u>(2.255)</u>
	<u>(93.383)</u>	<u>(95.143)</u>

### 33. LUCRO POR AÇÃO

#### a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	516.571	202.044
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	<u>268.609</u>	<u>234.279</u>
Lucro básico por ação ordinária	<u>1,92</u>	<u>0,86</u>

#### b) Diluído

Para efeitos de diluição, a Companhia possui plano de opção de ações outorgadas aos beneficiários, pelo qual é permitida a emissão de ações no momento de exercício da opção. Em 31 de dezembro de 2013, existem ações com potencial de diluição, uma vez que seu preço médio de exercício é inferior ao preço médio da ação da Companhia no mercado.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	516.571	202.044
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	<u>268.609</u>	<u>234.279</u>
Potencial incremento de ações ordinárias (em milhares)	<u>425</u>	<u>113</u>
Lucro diluído por ação ordinária	<u>1,92</u>	<u>0,86</u>



### 34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações da Companhia e de suas controladas com partes relacionadas são os seguintes:

a) Crédito e débito com partes relacionadas (controladora)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Ativo</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)	-	3.930

- (i) Refere-se aos recursos provenientes do aumento de capital da Companhia ocorrido em agosto de 2012 e repassados à controlada EDE.

A Companhia não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho de curto prazo a empregados e administradores, pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

b) Demais transações com partes relacionadas

- (i) A controlada Pses utiliza imóveis alugados da controlada Spes. Os contratos estão vigentes até junho de 2016, com valor fixo mensal de R\$150. O índice de reajuste utilizado é o INPC.
- (ii) As controladas Unic Educacional, Unime LF e Iuni utilizam imóveis alugados da Vertia Empreendimentos Imobiliários Ltda. (sociedade controlada por acionista e membro do Conselho de Administração da Companhia):

<u>Controlada</u>	<u>Término do contrato</u>	<u>Valor mensal</u>	<u>Índice de reajuste</u>
Unic Educacional	Março/2020	175	IPCA
Unime LF	Março/2020	490	IPCA
Iuni	Março/2020	863	IPCA

- (iii) A controlada EDE utiliza imóveis alugados da Creare Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda. (sociedade controlada por membros do Conselho de Administração da Companhia). Os contratos estão vigentes até janeiro de 2032, com valor fixo mensal de R\$847. O índice de reajuste utilizado é o IPCA.
- (iv) A controlada Iuni possui contrato de cessão de uso com o Hospital Geral Universitário (sociedade controlada por acionista e membro do Conselho de Administração da Companhia) de Cuiabá - MT, destinado à operação universitária, com valor fixo mensal de R\$209 e valor variável por aluno de R\$3, referente à Bolsa Residente.

Esses valores estão registrados no resultado, na rubrica “Custo dos serviços prestados”.

- (v) A EDE possui contrato de venda de material didático com a Fundação Pitágoras. O valor das vendas incorridas no trimestre findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$336 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$14.470 (R\$703 e R\$9.825 no trimestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, respectivamente). O saldo da rubrica “Contas a receber” em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.942 (R\$2.487 em 31 de dezembro de 2012).

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários.

Em Assembleia Geral Extraordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$18.000.

A Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Ordinária dentro dos primeiros quatro meses do ano 2014 para, entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2014. Adicionalmente, na mesma Assembleia Geral Ordinária, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para R\$27.098, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude do pagamento de remuneração adicional de performance.

A remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Salários	5.969	4.412
Remuneração variável (i)	12.348	7.324
Plano de opção de compra de ações	<u>8.781</u>	<u>3.172</u>
	<u>27.098</u>	<u>14.908</u>

- (i) Remuneração variável definida em contrato com diretores estatutários.

### 35. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos cujo objetivo é delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Incêndio de bens do imobilizado	87.405	96.000
Responsabilidade civil dos diretores	60.000	1.000
Veículos	<u>6.253</u>	<u>2.058</u>
	<u>153.658</u>	<u>99.058</u>

### 36. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas informações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 8.

#### b) Transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2013.

- (i) R\$3.689 referem-se ao ajuste de caixa retido em favor dos vendedores, registrado no balanço de abertura da controlada incorporada Ítala na data de aquisição. O valor foi ajustado contra a rubrica “Demais contas a pagar” da controlada EDE.
- (ii) Do imóvel adquirido em junho de 2013 na cidade de Ipatinga, no valor de R\$8.140, há um saldo de R\$179 em aberto na rubrica “Contas a pagar - aquisições”.
- (iii) R\$1.762 referem-se à movimentação do ágio pela alocação dos intangíveis.

#### c) Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2012.

- (i) Em junho de 2012, ocorreu a aquisição da Ítala. A movimentação do fluxo de caixa deve desconsiderar os saldos de abertura da aquisição e alocações do ágio.
- (ii) Em junho de 2012, foi realizada a baixa de R\$709 da provisão tributária contra o patrimônio líquido da controlada Ceama. O mesmo saldo foi ajustado no investimento contra o ágio registrado na EDE, controladora da Ceama. A movimentação ocorreu dentro de um ano após a aquisição.
- (iii) Em junho de 2012, houve ajuste de ágio contra o saldo de tributo diferido passivo nas adquiridas de 2011, sendo R\$2.591 da controlada Ceama, R\$854 da controlada União e R\$135 da controlada Fais.
- (iv) Em agosto de 2012, ocorreu a aquisição da Unirondon. A movimentação do fluxo de caixa deve desconsiderar os saldos de abertura da aquisição, alocações do ágio e ajustes de preço.
- (v) Como parte do pagamento pela aquisição da Unopar, em setembro de 2012 foram emitidas 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais ao valor de R\$16.127 contra a rubrica “Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios” no patrimônio líquido.

- (vi) Em dezembro de 2012, houve aumento de capital na EDE, com os saldos registrados na controladora referentes à Unopar, no valor de R\$286.536. Com a transferência, a EDE passou a deter o controle integral da Unopar.
- (vii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, houve a transferência de R\$4.986 do saldo de software educacional registrado na rubrica “Estoques” para a rubrica “Intangível”.
- (viii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, houve movimentação referente à compensação entre as garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis registradas no ativo não circulante e a respectiva provisão dos processos judiciais, no valor de R\$116.435.

### 37. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de março de 2014.

---